



Matosinhos
Câmara Municipal

Plano de Actividades e Orçamento



Índice

Mensagem do Presidente

Áreas de Actividade Municipal

Gestão Financeira

Mensagem do Presidente



2010 abre as portas a um novo mandato. Assim, sem embargo de encerrarem dossiers importantes que assinalaram o mandato anterior, o Plano e Orçamento devem apontar as novas orientações que irão marcar o quadriénio. Do mesmo modo que devem reflectir e assimilar os recentes resultados eleitorais bem como as circunstâncias deles decorrentes.

De qualquer forma, 2010 arranca para um mandato com diversos objectivos já anteriormente iniciados e garantidos: a conclusão da revisão do Plano Director Municipal, a consolidação das apostas feitas na área da educação, a continuação das transformações operadas na orla costeira, o prosseguimento da revolução em matéria de equipamentos sociais, a contínua execução, transformação e reabilitação dos equipamentos desportivos.

Um mandato que abre com enormes expectativas no que concerne aos nossos principais eixos estratégicos em termos de economia: a implementação de equipamentos culturais qualificadores, e desde logo Serralves 21, que acresçam ao conjunto já emblemático que Matosinhos possui e a construção do Terminal de Cruzeiros, conjugado com a consequente viabilização da valência do Centro de Ciências do Mar e o reforço das indústrias criativas.

Cultura, Turismo, Ciência e Criatividade continuarão a ser eixos essenciais que irão balizar o nosso projecto para construir o futuro, ao mesmo tempo que temos assegurados os pressupostos do sucesso: boas escolas, bom ambiente, sustentabilidade em todas as nossas acções.

Como pano de fundo da nossa actuação, o aprofundamento dos mecanismos de apoio e inclusão social que notabilizaram Matosinhos, sobretudo num ano que se antevê muito difícil desse ponto de vista.

A nossa estratégia será sustentada, além do mais, por um crescente e dinâmico espírito de inovação e de proximidade aos cidadãos, o mesmo que nos colocou já na vanguarda do uso das novas tecnologias, enquanto asseguramos um urbanismo irrepreensível e qualificador.

As dificuldades financeiras que o horizonte próximo não deixa de prenunciar, por eventuais quebras de receita e exígua margem de manobra face aos compromissos decorrentes do QREN, reforçam a nossa determinação em aproveitar o ensejo deste novo mandato para um reajuste dos mecanismos e dos processos internos, por um acréscimo de rigor e uma palavra de ordem que deve percorrer toda a municipalidade e contagiar os cidadãos: sustentabilidade.

Façamo-nos ao caminho.

Dr. Guilherme Pinto

Presidente da Câmara

Áreas de Actividade Municipal

Relações Públicas e Comunicação

Os Serviços de Relações Públicas e Comunicação têm na sua filosofia e na sua essência a aproximação ao cidadão: num atendimento efectivo e personalizado; num encaminhamento eficaz dos problemas colocados, apontando caminhos e soluções possíveis; numa organização metódica de cada evento e de cada iniciativa; numa gestão monitorizada dos mailings e da respectiva mailing list; numa busca incessante de mais e melhor Internet; na aposta de formas de comunicação inovadoras; numa revista municipal com cada vez mais qualidade.

Em 2010 os Serviços de Relações Públicas e Comunicação vão fazer uma forte aposta no up-grade do rigor e da qualidade ao nível da **organização dos eventos**, na minuciosa preparação prévia de cada um deles, na gestão adequada de meios humanos, na recepção aos diferentes públicos dos diferentes eventos, na monitorização de todas as fases processuais com vista à melhoria de procedimentos.

É também objectivo para 2010 conferir um maior rigor na **monitorização do mailing**.

Tendo como pedra basilar a manutenção da elevada qualidade do atendimento da Loja do Município, esta unidade orgânica vai ainda continuar a apostar na descentralização dos serviços, através das **Lojas Municipais do Cidadão** e dos **Espaços Internet**, procurando melhorar os procedimentos processuais de forma a fornecer aos municípios respostas cada vez mais rápidas e eficazes.



Em 2010, vamos continuar a primar pela aposta na qualidade e na inovação no que diz respeito à comunicação: mantendo o design da Revista Municipal, mas fazendo um up-grade número a número. E tal como vem sendo hábito, continuaremos empenhados em fazer chegar um exemplar de cada número a casa de todos os matosinhenses. Afinal, comunicar é tornar comum.

A página da Internet é, sem dúvida, uma das nossas grandes prioridades para 2010. Os Serviços de Comunicação e Imagem têm como um dos seus objectivos fazer um novo restyling do site, apostando no webcasting, na e-democracia, na colocação de inquéritos online e na criação de novos directórios.

As newsletters semanais e especiais são formas privilegiadas de contacto com o cidadão e que vamos trabalhar afincadamente em 2010, apostando ainda na criação de newsletters temáticas, newsletter do ASSOCI@r e newsletter do Mar à Mesa.

Nos anos transactos, os Serviços de Comunicação e Imagem deram os “primeiros passos” em web tv, através da criação da MTS TV, a televisão online experimental do município de Matosinhos. Em 2010, vamos consolidar este projecto, enriquecendo-o com novos conteúdos e transformando-o num canal de referência a nível autárquico.

Contudo, queremos ir ainda mais longe no que diz respeito aos audiovisuais. Vamos apostar na criação de um **canal indoor**, um projecto que ganha ainda mais sentido com a concretização do front-office.

2010 será também o ano da concretização do projecto que ganhou corpo no ano anterior: uma parceria na instalação de dois **vídeo painéis de exterior**, painéis full-color que funcionam como ecrãs gigantes de televisão localizados estrategicamente em locais de maior tráfego, causando um forte impacto visual. Trata-se de um suporte inovador pela versatilidade e rapidez de introdução de uma imagem gráfica, digital ou



de vídeo. Os vídeo painéis potenciam os níveis de cobertura, impacto e resposta, funcionando como um excelente reminder.

No sentido de dar uma adequada resposta às elevadas exigências inerentes à aposta no audiovisual (Web-tv, canal indoor e vídeo painéis), é nosso objectivo, no próximo ano, proceder à **cobertura dos principais eventos do município em suporte audiovisual**.

A **comunicação interna** é também muito importante e, por isso, em 2010 retomaremos um conjunto de iniciativas com o objectivo de Mobilizar os Funcionários, com especial ênfase para a consolidação de um espírito de equipa e de um espírito de pertença à organização, nomeadamente, através da Reunião Geral de Trabalhadores (RGT).



A RGT de 2010 ficará marcada pela consolidação da aposta nas novas tecnologias e no design ao serviço da comunicação interna, bem como pelo upgrade qualitativo ao nível do protocolo.

Auditoria e Qualidade

No seguimento do mandato anterior, o ano de 2010 pautar-se-á pela continuidade da modernização administrativa que visa a transparência, equidade, rigor e simplificação da vida à comunidade.

O Gabinete de Auditoria e Qualidade, como uma das ferramentas de suporte da Administração, que visa garantir a credibilidade, fiabilidade dos serviços da Autarquia, a legalidade das despesas, o equilíbrio financeiro, a fiabilidade de informação, objectivando o seu desempenho na melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados, irá em 2010 actuar nos seguintes áreas:

- Auditar o cumprimento das normas de controlo interno e/ou colaborar na sua adequação ao actual funcionamento das unidades orgânicas.
- Desenvolver auditorias internas aos serviços certificados, de modo a garantir não só o cumprimento da norma, mas também acrescentar valor na organização, tendo em vista afiançar que a entidade certificadora mantenha a certificação atribuída e que reveja no Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ) da autarquia um modelo dinâmico e um instrumento para o caminho da excelência.
- Efectuar auditorias de acompanhamento
- Efectuar auditorias operacionais, com base na análise de risco.
- Monitorizar a implementação do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão e de Corrupção



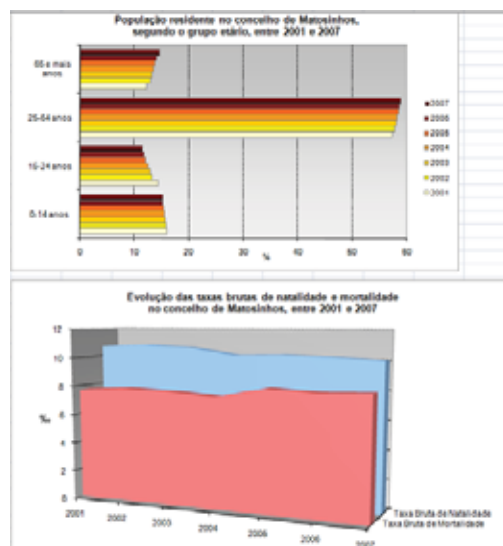
Estudos e Planeamento Estratégico

Para que um território se desenvolva de uma forma sustentada deverão ser definidas orientações, directrizes e prioridades para as estratégias e políticas municipais visando uma gestão autárquica que incida nos interesses públicos e nas necessidades e expectativas dos cidadãos. Para tal o processo de governação deverá ser mais estratégico, direccionado para o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas que respondam às novas solicitações e exigências motivados pelas crescentes dinâmicas de transformação e pelo aparecimento de novos factores de competitividade.

Pretende-se dar início em 2010 à elaboração de dois **Estudos de Âmbito Municipal**: A Agenda Local Digital, onde se pretende a definição de uma estratégia comum para o desenvolvimento da Sociedade da Informação, um projecto partilhado por todos os cidadãos, capazes de satisfazer as suas necessidades e expectativas, e o Estudo de Marketing Territorial Concelhio, onde se pretende a definição de políticas que visem a atracção de investimentos que promovam o desenvolvimento económico do Concelho. Na elaboração destes estudos continuará a privilegiar-se o envolvimento das Universidades Públicas face à qualidade dos resultados obtidos em anos anteriores.

Em 2010 pretende-se desenvolver o **Sistema de Informação Local Municipal** através da inclusão de novos indicadores, garantindo-se, no entanto, a manutenção e actualização de toda a informação do Sistema. Deverá também criar-se uma nova plataforma de disponibilização destes dados, que permitirá o acesso em tempo real à informação bem como a possibilidade de análise espaciais que permitam uma visão concelhia de incidência estatística.

No âmbito do acompanhamento à elaboração de instrumentos de gestão do território, estudos e projectos supra municipais, regionais, intermunicipais e locais, deverá ser dado ênfase ao acompanhamento do processo de revisão do Plano Director Municipal.



Com a adesão do município, em 2008, ao Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular deu-se continuidade às políticas de cooperação internacional que foram reforçadas, em 2009, com a adesão ao Projecto CTUR - Cruise Traffic & Urban Regeneration (URBACTII).

Com vista a um melhor acompanhamento dos projectos desenvolvidos no âmbito do



Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, nomeadamente no que respeita às Comissões Sectoriais, pretende-se implementar o programa/projecto definido em 2009 que vise a coordenação, concertação e o envolvimento dos diferentes serviços municipais que possam de algum modo envolver-se neste projecto.

O projecto **CTUR - Cruise Traffic & Urban Regeneration** surgiu através de uma parceria entre várias cidades portuárias europeias que se



propuseram desenvolver uma candidatura conjunta ao Programa URBACTII. Com um período temporal de três anos visa sobretudo estudar a problemática do desenvolvimento da envolvente às áreas portuárias face ao crescente tráfego de cruzeiros. Fazem parte desta parceria as cidades de Nápoles (lead partner), Matosinhos, Alicante, Rhodes, Varna, Dublin, Helsínquia, Trieste e Rostock. A APDL, a Autoridade Portuária de Nápoles e a Comunidade Valenciana fazem também parceria neste projecto pelo papel activo que desempenham nestas áreas. No âmbito deste projecto foi criado um Grupo de Acção Local constituído por várias entidades, e que irá ser dinamizado em 2010 de modo a que se defina um Plano de Acção Local que vise a definição de estratégias e políticas a implementar na área envolvente do Terminal de Cruzeiros potenciando esta área para a vinda de turistas provenientes dos cruzeiros

Pretende-se em 2010 dar uma maior ênfase à parceria do Concelho com a Eurocities para que se retirem ensinamentos e se troquem experiências no âmbito da actuação desta parceria.



No que respeita ao **Sistema Municipal de Informação Geográfica** pretende-se a sua consolidação e a continuação da sua expansão a diversos serviços municipais em função das prioridades definidas. Esta expansão será feita através da disponibilização de aplicações em ambiente WEB com interfaces simples, directas e

de fácil utilização, não sendo necessário ter formação específica para serem utilizadas.

Deverá também privilegiar-se a disponibilização da informação internamente e para o exterior. Na Internet deverá garantir-se a disponibilização de ferramentas que permitam ao munícipe tratar dos mais variados assuntos sem ter de se deslocar pessoalmente aos serviços camarários, o que será conseguido através da disponibilização no Portal de Serviços de todas as funcionalidades já existentes na Loja do Município. Irá também aprofundar-se a relação entre o SIG municipal e o Sistema Nacional de Informação Geográfica do Instituto Geográfico Português através da adesão à rede Inspire e da disponibilização e preenchimento da Base Nacional de Metadados de Informação Geográfica.



Como base de informação territorial está a **cartografia** em formato digital do Concelho. Nesta área o objectivo principal é construir e seguir uma política que garanta a actualização sistemática da cartografia. No início de 2010 irá converter-se toda a informação cartográfica do Concelho no novo Datum WGS83 de acordo com a Directiva Comunitária. O cadastro municipal constitui neste momento uma mais-valia para o município decorrente dos normativos legais entretanto publicados. O Concelho de Matosinhos tem já em formato digital uma base de cadastro rústico que embora tenha algumas incorrecções já se reveste de uma grande importância como base de consulta. Pretende-se, no entanto, avançar para a definição do cadastro urbano e para

a correcção do cadastro rústico seja através de levantamentos cadastrais seja através de ligações a outros organismos que permitam à Câmara ter acesso a esses elementos.

Considerando que o período de implementação do novo ciclo de financiamentos comunitários, em que o **QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional** assume particular relevância, se traduz numa efectiva oportunidade para o desenvolvimento e concretização de um vasto conjunto de projectos de interesse



Municipal, o Município - como entidade promotora, como parceiro, ou ainda, como entidade interessada no apoio à candidatura de uma outra instituição – procurará desenvolver e gerir os meios necessários para captar esses recursos financeiros, através da apresentação de projectos/iniciativas sustentáveis face aos enquadramentos regulamentares dos diferentes Programas Operacionais. O modelo definido para a concretização do objectivo de apresentação de projectos/iniciativas susceptíveis de sucesso na obtenção de um co-financiamento, baseia-se numa metodologia de trabalho, assente no funcionamento de equipas pluridisciplinares, compostas por técnicos das diferentes Unidades Orgânicas envolvidas na execução desse projecto/actividade.

Com a metodologia de análise às intenções de candidatura solidificada, e, com o decorrer do processo de implementação do QREN, as novas preocupações centram-se na concretização de alguns objectivos:

1. Implementação do sistema de monitorização de programas de fundos estruturais, que procura difundir, pelo conjunto das unidades orgânicas da autarquia, informação útil, que facilite e agilize o acesso aos recursos financeiros disponíveis em cada um dos Programas Operacionais.
2. Implementação de meios de gestão, tendo em vista assegurar a coordenação global dos processos de candidaturas a fundos estruturais e a prestação de apoio às unidades orgânicas responsáveis pela sua execução.
3. Sistematização dos procedimentos de recolha de informação para a elaboração dos pedidos de pagamento e relatórios de execução.
4. Sustentar através de estudos de viabilidade económico-financeira as decisões para a realização de alguns dos projectos de investimento autárquicos.

Recursos Humanos

A flexibilidade organizacional é uma exigência da sociedade moderna.

Essa flexibilidade passa também por uma mudança de mentalidades dos homens que constituem a organização, dotando-os de um sentido estratégico de curto, médio e longo prazo, no qual a apetência pela mudança é uma constante.

O homem actual é mais exigente, possui níveis de conhecimento mais elevados, está mais sensibilizado para os efeitos do stress associado ao trabalho, preocupa-se consigo e com o seu bem-estar. A sua adesão ao projecto organizacional será condicionada pelos seus objectivos pessoais e profissionais.

A realização pessoal e profissional implicará que o homem na organização sinta que tem influência sobre ela e que não seja apenas um mero figurante. A sua satisfação, motivação, adesão e produtividade obriga a que a organização o respeite como pessoa activa, complexa, com objectivos e anseios. A maximização da sua satisfação e consequente produtividade, implicam o respeito pela sua complexidade e pelas exigências a ela associadas.

Quanto maior a satisfação, envolvimento e o seu compromisso para com os projectos da organização, melhores serão os resultados.



Deste modo e no sentido de alcançarmos o grau de satisfação de realização pessoal e profissional dos nossos colaboradores, para além da continuidade da estratégia que tem vindo a ser seguida de estabilização profissional e de proximidade em relação aos

nossos recursos humanos, propõem-se as seguintes acções/actividades para o ano de 2010:

- Acreditação da autarquia como entidade formadora – esta medida permitirá reduzir os custos da formação e possibilitará uma maior margem de manobra para a adequação dos conteúdos programáticos às reais necessidades dos serviços;
- Articulação das acções de formação com outras autarquias, de forma a dar resposta às necessidades específicas comuns na administração pública local.
- Implementação de uma política eficaz de combate aos acidentes de trabalho: destacamento de um técnico superior de higiene e segurança no trabalho para a análise detalhada de todos os acidentes em serviço (audição do acidentado, audição das testemunhas, apuramento das circunstâncias em que ocorreram o acidente, simulação do acidente e envio de um relatório aos superiores hierárquicos nos acidentes que impliquem baixa superior a três dias) e articulação das questões da prevenção com a Autorizada para as Condições de Trabalho.
- Ao nível da Higiene e Segurança no Trabalho, continuar-se-á a dar prioridade à aquisição, manutenção e utilização dos Equipamentos de Protecção Colectiva e Individual. Ao nível ergonómico nos postos de trabalho de secretária, prevê-se uma intervenção individualizada de forma a garantir a adequação das posturas aos instrumentos e equipamentos de trabalho.
- Com a aquisição do software de Medicina do Trabalho prevê-se a modernização e informatização dos procedimentos. Este serviço será ainda enriquecido com o apoio prestado por um especialista em Ortopedia (despesa em Orçamento) que, em articulação com a Médica do Trabalho, irá analisar e encaminhar os “Aptos Condicionados”. (Esta despesa foi articulada com o Gabinete de Tecnologias e Informação, uma vez que pertence àquela unidade orgânica).
- Aprovação do Regulamento de Geral Interno de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho.

Promoção da Economia Local

A economia local é uma área municipal prioritária, já que a mesma constitui a base da riqueza e bem-estar dos munícipes.

Após uma queda particularmente acentuada da actividade industrial, de acordo com o Banco de Portugal, no terceiro trimestre de 2009, a actividade económica na zona euro já registou uma melhoria, tendo o crescimento real do PIB retomando valores positivos após cinco trimestres de contracção. No entanto, espera-se que o ritmo de crescimento da economia da área do euro em 2010 seja apenas moderado, sendo provável que a recuperação económica seja lenta e irregular.

Nesta medida, o apoio ao sector empresarial do concelho de Matosinhos deverá continuar a ser um dos pilares de actuação do executivo, de forma a estimular e captar novos investimentos.

De acordo com as competências definidas pela Macroestrutura da Câmara Municipal de Matosinhos, a acção da Divisão de Promoção da Economia Local divide-se em 4 grandes eixos:

1. Na promoção de uma política de acompanhamento e incentivo ao desenvolvimento dos sectores económicos locais, promovendo o empreendedorismo dos seus agentes, propõe-se a articulação entre esta divisão municipal e o Gabinete de Estudos e Planeamento Estratégico. Nessa perspectiva será fornecida aos visados uma informação mais detalhada ao nível da caracterização económica do município, permitindo analisar objectivamente a conjuntura em que operam, apoiando os empresários no desenvolvimento das suas competências e qualificações. Para tanto, proceder-se-á a:

- Elaboração da carta económica de Matosinhos, que consiste na caracterização do actual tecido empresarial do concelho, por forma a efectuar um planeamento estratégico global, consciente e interactivo do mesmo, privilegiando quer os aspectos menos desenvolvidos deste, quer enaltecendo e divulgando as suas potencialidades;
- Criação do “Gabinete do Empreendedor”, serviço que operará como uma “via verde” entre o empresário e a autarquia, no plano de celeridade de respostas;
- Articulação com as associações representativas dos empresários do concelho, na definição de estratégias de dinamização e promoção do tecido empresarial de Matosinhos;
- Promoção de estratégia de Marketing territorial de valorização dos recursos locais, com destaque para as áreas da restauração, feiras e mercados e artesanato, entre outros;

- Promoção de iniciativas ao nível do tecido empresarial local visando a divulgação de novas ferramentas e tecnologias, essenciais aos desafios colocados pela actual economia;
- Fomento do relacionamento institucional e as parcerias locais e regionais (AECM – Associação Comercial e Empresarial de Matosinhos, O Peixe à Mesa – Associação de Restaurantes de Matosinhos, Ágrima, ANJE, AEP, AICEP, IPAM, ESAD, ...);
- Definição e implementação de um quadro de actuação integrada no domínio da Formação Profissional, promovendo a qualificação profissional e o espírito empreendedor;
- No âmbito do MATOSINHOSFINICIA dar continuidade ao apoio às pequenas e médias empresa do concelho, que pretendam realizar investimentos.
- Promoção de conferências para os empresários do município, sobre temas da actualidade económica e financeira;
- Na área da restauração, após a conclusão do Projecto SeQuRe e do projecto Chancela Restaurante 100%, nos quais foram auditados cerca de 200 restaurantes e chancelados 50, pretende-se promover iniciativas que permitam divulgar a excelente restauração de Matosinhos e aumentar o fluxo de clientes aos nossos restaurantes.



2. No que concerne à **organização e gestão de mercados e feiras** da competência do município, propõe-se reformular sua estrutura, introduzindo um novo método de gestão, alargando a oferta de produtos e serviços tradicionais e ajustando a visão do comerciante à nova realidade comercial.



Constituindo os Mercados Municipais estruturas públicas de comércio tradicional, com um importante papel no abastecimento de produtos frescos à população, revela-se urgente adequar o tradicional ao actual no sentido de reequipar e modernizar os sectores, dotando os mercados de condições técnico-funcionais que cumpram a legislação em vigor, que

sirva bem o público e que satisfaça os interesses dos vendedores.

Para tal, dever-se-á:

- Dotar a equipa adstrita aos mercados de competências pessoais e profissionais que permitam a utilização de novas tecnologias, com o intuito de aumentar a produtividade e a qualidade geral dos produtos e serviços prestados;
- Reorganizar o *layout* interno possibilitando um melhor aproveitamento das áreas;
- Investir na Qualidade, através da **Formação aos operadores**, dotando-os de conhecimentos essenciais ao nível das Normas de Higiene e Segurança Alimentar em vigor, bem como implementando um **Manual de Gestão de Qualidade e Segurança Alimentar**.
- Implementar um novo Regulamento Municipal para o funcionamento dos Mercados Municipais, dotando a Câmara Municipal e os ocupantes dos mercados municipais de um instrumentos actual e ajustado à realidade.
- Implementar um **gabinete de atendimento ao consumidor** de relacionamento personalizado com os operadores no Mercado. Este espaço tem em vista proporcionar aos consumidores e visitantes do Mercado um local de obtenção de informações e de recepção de sugestões e reclamações, bem como articular com os operadores do Mercado iniciativas de divulgação dos seus espaços comerciais e de organização de campanhas promocionais. Irá também funcionar como **empresa de serviços para entregas ao domicílio**.
- Diminuir a Idade Média dos Operadores através das características das **novas empresas**, nomeadamente, eventuais franchisings, bem como a tipologia do próprio negócio, contribuindo acentuadamente para o rejuvenescimento dos mesmos.
- Diminuir a Idade Média dos Clientes com a inserção de novas ofertas de **produtos e serviços destinados especificamente ao target jovem**, criando empatia com jovens e inculcando neles o espírito de “comprar no mercado”.
- Introduzir no mercado mais **serviços e comércio** que são nos dias de hoje essenciais.
- **Aumentar o Fluxo de Visitantes** com a divulgação do mercado no Terminal de Passageiros, investindo nos serviços/actividades destinados a um target jovem, realizar

campanhas publicitárias e promover eventos lúdicos e culturais dentro e fora do Mercado.

3. Relativamente ao controlo metrológico na área geográfica do município, propõe-se:

- No ano de 2009 verificou-se um aumento substancial do número de equipamentos aferidos. Em 2010, irá dar-se continuidade à estratégia adoptada, com o intuito de até 2012 cobrir-se, anualmente, integralmente o território do concelho de Matosinhos.
- Proceder à recolha de dados caracterizadores do tecido empresarial do concelho.

4. No que concerne à promoção da informação aos munícipes e no âmbito do denominado **direito de consumo**, pretende-se incentivar o recurso à mediação de conflitos, para a resolução célere dos litígios em que sejam parte naquele domínio. Para tal, e dando continuidade ao trabalho já desenvolvido, é fundamental proceder-se à divulgação do CIAC e promover sessões de informação junto de escolas, associações empresariais, organismo públicos, ou outros locais que devidamente contextualizados em que tal se justifique. No ano de 2010 dar-se-á prioridade à sensibilização do tecido empresarial para a adesão plena a este tipo de jurisdição voluntária.



5. Inserido no Plano Municipal de Combate à Crise aprovado em 2009, promover-se-á a captação de investimentos privados no concelho de Matosinhos, privilegiando-se a aquacultura, as energias renováveis, os equipamentos informáticos e outros sectores com carácter inovador.

Turismo

Matosinhos, devido às suas características únicas, a proximidade com o mar, os extensos areais e as novas infra-estruturas de praia, singular arquitectura contemporânea e gastronomia excepcional, tem sido alvo de uma procura crescente por parte de milhares de visitantes e turistas que procuram banhar-se no seu mar, bronzear-se nas suas praias, desfrutar da sua maresia, conhecer as suas obras históricas e contemporâneas, ou simplesmente deleitar-se com uma succulenta refeição do primoroso pescado, sempre presente nas ementas dos restaurantes matosinhenses.

Consciente deste facto e das inúmeras potencialidades que Matosinhos apresenta, o Município tem vindo a empregar os seus esforços no sentido de actualizar de forma competitiva os equipamentos/suportes turísticos, dos quais se destaca a modernização do Posto de Turismo de Matosinhos e a inauguração do Posto de Turismo de Leça da Palmeira.

A este novo equipamento, importa sublinhar a implementação do Sistema de Gestão de Qualidade na Divisão de Turismo, Animação e Desporto.

O SGQ implementado na Câmara Municipal de Matosinhos, nos âmbitos da DTAD, no que à área de Atendimento e Promoção Turística diz respeito teve como objectivo dar resposta à missão da Organização: simplificar a vida a todos os que nos visitam, pela melhoria das condições de atendimento aos turistas, visitantes ou munícipes que se relacionam com a autarquia, pelas mais variadas razões, como seja conhecer o concelho ou usufruir dos serviços e eventos disponíveis.

Depois da remodelação do Posto de Turismo de Matosinhos, foi inaugurado o Posto de Turismo de Leça da Palmeira, tendo este o mesmo objectivo do anterior, o melhor acolhimento dos turistas. Em Leça da Palmeira, o atendimento passou a ter especial atenção à zona norte do concelho e todas as suas potencialidades, bem como uma maior dedicação ao acolhimento de turistas que procuram conhecer as maravilhas arquitectónicas de Matosinhos.



Em 2010, será prosseguida a prossecução de iniciativas que pelo seu êxito, justificam a sua reedição, pois comprovaram a indispensabilidade para a disseminação do turismo

e para a divulgação de Matosinhos enquanto concelho de tradição e contemporaneidade, dinâmico e desenvolvimento.

Prevê-se a presença em diferentes certames de renome nacional e internacional como a Bolsa de Turismo de Lisboa dando especial atenção à divulgação dos projectos municipais com cariz turístico, de acordo com a temática específica de cada acção. A aposta é exibir stands desenhados exclusivamente para as diferentes situações, dando a conhecer as diversas vertentes das facetas de Matosinhos enquanto concelho vivo, em crescimento. A principal preocupação passa por apresentar os grandes produtos turísticos âncora existentes, nomeadamente, a incontornável Gastronomia, a contemporaneidade da Arquitectura, as tradicionais Peregrinações e os Desportos Náuticos.

Insistentemente, Matosinhos tem vindo a ser palco da realização de actividades associadas ao Hipismo, participando em *Concursos de Saltos Nacionais e Internacionais*, onde não deixa de marcar a sua forte presença com stands e acções promocionais. Devido ao êxito alcançado, à elevada captação de público e ao sucesso da nossa presença, esta será uma aposta a manter.



Nesta sequência, pretende-se dar particular ênfase ao desafio de promoção da marca “O Mar à Mesa”, já bem conhecida nos grandes eventos de âmbito nacional *Porto Bike Tour* e internacional, “*Campeonato do Mundo de Veleiros Robóticos*”, sejam de cariz desportivo, sejam de outras vertentes que se coadunem com a perspectiva de potenciar exponencialmente a marca, garantindo desde logo a dinamização do site.

Ao longo do próximo ano, a “Festa do Mar” vai continuar a merecer toda a atenção por parte do Turismo, pois é já uma iniciativa indispensável tanto para os visitantes de Matosinhos como para os locais. Depois da “Festa do Mar” ter crescido no tempo e no espaço, o próximo objectivo passa a ser a consolidação definitiva de um evento marcante do Verão matosinhense.



Em paralelo com todas as actividades que organizou e nas quais marcou presença destacada ao longo do ano, o Turismo aumentou consideravelmente o atendimento nos Postos de Turismo, que passaram a receber os turistas em horário alargado.

Por último, e não menos importante, importa destacar a importância da articulação com a Entidade Regional Porto e Norte de Portugal, bem como com outras entidades, no sentido de potenciar a marca Matosinhos, nos mais diversos destinos e/ou eventos.



Cultura e Animação

Na prossecução do esforço que vem sendo desenvolvido ao longo da última década e meia, de prover o concelho de uma rede de espaços culturais diversificada e qualificada, de que os exemplos mais recentes foram a regeneração do Museu da Quinta de Santiago e a reabertura, totalmente reconstruído, do Cine-Teatro Constantino Nery, durante 2010 manter-se-á esta preocupação, alicerçando o **AUDITÓRIO MUNICIPAL** como um objectivo estruturante. De igual modo dever-se-á avançar com os projectos e programas de **REABILITAÇÃO PATRIMONIAL DO PALACETE DO CONDE DE S. SALVADOR** (Rua Conde Alto Mearim), visando a sua adaptação a **CASA DA LIBERDADE**, do **PALACETE DA QUINTA DA CONCEIÇÃO** visando a posterior fixação aí do **MUSEU DE MATOSINHOS**, bem assim como do **PALACETE DE VISCONDE DE TREVÕES**.



Em colaboração com parceiros institucionais, como a Fundação de Serralves, Associação Casa da Arquitectura, ou a Ordem dos Arquitectos, continuarão a desenvolver-se os processos conducentes à materialização no nosso concelho de projectos museológicos de inegável importância à escala nacional e mesmo internacional. É o caso da **CASA DA ARQUITECTURA, POLO 2 DE SERRALVES**, e um eventual pólo, no Norte do país do **MUSEU BERARDO**.



Paralelamente, e no que concerne à arte contemporânea, a **GALERIA MUNICIPAL** deverá prosseguir a sua programação que é já de referência na área metropolitana, salientando-se em 2010 as **COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DE AUGUSTO GOMES** (que incluirão, entre outras valências, exposições não só na Galeria Municipal, mas também no Museu da Quinta de Santiago e no Cine-Teatro Municipal Constantino Nery).

Consciente da importância que a preservação da Memória e da Identidade representam para a qualidade de vida de uma comunidade, a Autarquia de Matosinhos continuará a prestar uma particular atenção a esta área, importando salientar alguns projectos estruturantes que se pretendes desenvolver durante 2009. É o caso de um **MUSEU DA INDÚSTRIA CONSERVEIRA**, projecto há muito exigido pela comunidade, dada a importância histórica e económica de que este sector industrial revestiu para Matosinhos. Entre outras valências este espaço privilegiado de Memória materializará o esforço de investigação (muito do qual já plasmado em publicações) que a Autarquia vem desenvolvendo nos últimos anos, associado à recolha de iconografia (filmes, fotos e cartazes antigos) e de maquinaria que vem sendo igualmente processada. A questão do espaço deverá ser resolvida durante 2010 com a eventual fixação deste museu numa fábrica histórica ainda em laboração. Tal parceria permitiria que este museu fosse completamente distintivo dos outros dois já existentes no país dedicados à indústria conserveira (Setúbal e Portimão) uma vez que será um “museu-vivo”.

A forte memória da indústria conserveira em Matosinhos será também sublinhada pela criação de **dois monumentos** que deverão ser significativamente desenvolvidos neste ano: um de forte impacto cénico e urbanístico em Matosinhos-Sul (cujo projecto, de Anahory foi já apresentado publicamente), e um outro, mais figurativo, e especificamente de homenagem aos operários conserveiros, idealmente a localizar nas proximidades do futuro museu.

A **REGENERAÇÃO URBANA E REABILITAÇÃO E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL DO NÚCLEO HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO DE BOUÇAS**, iniciado no fim do mandato anterior, deverá prosseguir, com um projecto mais ambicioso do que o actualmente em curso (que respeita apenas a pavimentação das ruas), alargando-o ao tratamento de fachadas, portas e janelas, postos de iluminação e sinalética. Paralelamente iniciar-se-á um projecto aprofundado de investigação histórica e arqueológica do local que permita a valorização turística e patrimonial deste arqueo-sítio. Ainda dentro do património arqueológico prosseguirão os trabalhos de **POTENCIALIZAÇÃO PEDAGÓGICA E TURISTICA DO CASTRO DE GUIFÕES**, bem assim como os conducentes a uma efectiva **SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO DA MOTA DE PERAFITA** recentemente descoberta. Descoberto muito recentemente (na Primavera de 2009),

este “castelo” da Alta Idade Média é um vestígio arqueológico extremamente raro no nosso país.

Ainda no âmbito da salvaguarda da Memória Histórica importa salientar que em 2010 se comemora o **CENTENÁRIO DA REPÚBLICA**. Terra de fortes tradições republicanas, com personalidades de destaque (de que Basílio Teles será o caso mais paradigmático) e associada a importantes acontecimentos (como o julgamento em leixões dos implicados no “31 de Janeiro”), Matosinhos deverá assinalar convenientemente o Centenário da República, com algumas edições, conferências e apoio a outras iniciativas que se sabe estar a ser preparadas pela sociedade civil.

Reconhecida desde há muitos anos pela programação e dinamização da Música Clássica, a Autarquia de Matosinhos continuará em 2010 particularmente empenhada no **ALICERÇAR DO SEU QUARTETO DE CORDAS DE MATOSINHOS E ORQUESTRA DE JAZZ DE MATOSINHOS** com programação regular e qualificada.



Também na área das **EDIÇÕES** manter-se-á a nossa particular atenção a estudos de inegável interesse para a salvaguarda da Memória do concelho, a na publicação de livros de clara importância pedagógica e divulgativa das características históricas, patrimoniais e culturais do concelho.

CINE-TEATRO CONSTANTINO NERY

O nosso objectivo é continuar com os mesmos critérios de qualidade na escolha da programação onde tivemos uma taxa de ocupação muito elevada. Como tal pretendemos continuar a ir ao encontro das necessidades e expectativas do público abraçando as diversas artes de palco. Em regime de produções próprias, co-produções, acolhimento e em serviço educativo nas parcerias com instituições, escolas e ensino superior.

**TEATRO**Produção própria:

“Amor Solúvel”, uma comédia musical de autoria de Carlos Tê e que representará a Autarquia no Festival de Teatro Português no Brasil em Julho de 2010.

“ Fim de Festa” de Samuel Becket encenada por um dos maiores especialistas de Becket do mundo, o Argentino Julio Castrunovo em Junho de 2010.

Co-produção:

“Relativamente”, uma comédia encenada pelo actor e encenador João Lagarto com a participação de actores muito conhecidos da televisão em Abril de 2010.

Fitei – Em Maio e Junho de 2010 à semelhança do que aconteceu este ano.

Acolhimento:

Teatro Artimagem, Artelier. Teatro do Bolhão, Teatro Dragão 7 – Brasil, Fernando Mendes E reposição de “Um barco na Cidade”

Cinema de Animação – Curtas de Vila do Conde, Ciclos de Jorge Campos.

Estes são alguns exemplos da programação, Vamos ter também teatro para as escolas sobre os autores abordados no ensino e de leitura obrigatória, onde já temos as escolas confirmadas.

Oficinas e Workshops de Dança, teatro, música, cinema e escrita com o objectivo de sensibilizar as pessoas para o gosto das diversas artes e consequentemente criar novos públicos.



Visitas guiadas ao teatro.

Continuar com o cinema de animação para as escolas seguido de discussão com os alunos e professores, que tem sido um êxito.

Ciclos de Jazz – Continuar com os concertos conferência sobre a História do Jazz nas Big Bands.

Teatro de Rua e novo circo para o verão.

Dança contemporânea que já conquistou o seu espaço no CTCN.

Acolhimento das companhias de Teatro Amador.

Acolhimento das escolas de dança e de música do concelho de Matosinhos.

Acolhimento de concertos de jazz, pop, fado e clássica.



Tentamos não esquecer qualquer das artes performativas e dar continuidade à programação anterior.

Educação e Formação

A Educação tem vindo a assumir uma posição de relevo a nível nacional e local, como instrumento potenciador da igualdade de oportunidades e da valorização pessoal e social no nosso país.

Face ao momento de crise que atravessamos, torna-se fundamental apoiar o desenvolvimento e a formação das crianças e jovens com a criação de políticas abrangentes, ecológicas e integradas. A aposta no sucesso escolar é uma aposta precoce numa sociedade mais dinâmica, flexível e empreendedora. No entanto, para que exista sucesso é imprescindível que condições básicas como os equipamentos, a alimentação e a acção social escolar sejam uma realidade aprazível, de modo a que se torne possível abraçar projectos de qualidade desenvolvimental e pedagógica.

A autarquia, consciente destes desafios, tem vindo a desenvolver acções multidisciplinares, articuladas e inovadoras, sendo considerada uma referência nacional no âmbito das políticas educativas.

A educação será, em 2010, uma aposta fundamental e essencial da Câmara Municipal de Matosinhos. Neste sentido, os objectivos para o próximo ano centrar-se-ão:

1. Na generalização da Escola a Tempo Inteiro;
2. Na eliminação dos regimes duplos;
3. Na promoção do sucesso escolar;
4. Na criação de uma escola mais solidária e envolvente;
5. Na inovação do ambiente escolar;
6. Na requalificação e ampliação do parque escolar.



A Câmara Municipal de Matosinhos manter-se-á como entidade promotora, em articulação com os agrupamentos de escolas do concelho, no desenvolvimento e implementação de projectos de natureza sócio-educativa, nomeadamente, o Programa de Generalização das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, com o objectivo de enriquecer as aprendizagens das crianças e de aproximar o seu tempo de permanência na escola, às necessidades das famílias.

Ainda, relativamente a este projecto e com o envolvimento de todos os agentes educativos, à semelhança dos anos anteriores, dar-se-á continuidade ao modelo de acompanhamento, monitorização e avaliação, para assegurar o cumprimento dos objectivos definidos.

É de salientar a continuidade da oferta do projecto Escola a Tempo Inteiro, aos Jardins-de-Infância, assegurando a todas as crianças a participação na Actividade Física e Desportiva e no Ensino da Música, contribuindo precocemente para seu o desenvolvimento global.

Em parceria com os três projectos TEIP's II que abrangem os Agrupamentos Verticais de Escolas de Matosinhos, Matosinhos Sul e Perafita, continuar-se-á a desenvolver um conjunto de acções, no sentido de otimizar os meios humanos e materiais disponíveis, bem como, a possibilitar as condições que favoreçam uma dinâmica de intervenção integrada, visando a melhoria da qualidade educativa e a participação efectiva dos encarregados de educação/comunidade educativa.

O projecto de intervenção precoce na aprendizagem da leitura e da escrita tem vindo a assumir-se como um compromisso para a promoção do sucesso escolar das crianças do concelho, abrangendo, em 2010, a rede pública e as IPSS's de Matosinhos. As linhas de acção para o ano de 2010 envolvem:

- Continuidade da intervenção com crianças de 5 anos da educação pré-escolar;
- Continuidade da articulação e formação creditada com educadoras;
- Manutenção das reuniões e colaboração com pais e encarregados de educação;
- Maior incidência da intervenção junto dos alunos do 1º ciclo, quer em termos do acompanhamento psicológico, quer no que se refere à consultadoria com docentes no âmbito da disciplina de apoio ao estudo;
- Realização de formação creditada para docentes do 1º ciclo sobre dificuldades de aprendizagem na leitura e na escrita que complementem a acção desenvolvida nas escolas;
- Realização de formação creditada para educadoras subordinada ao tema "Práticas de literacia familiar", no sentido de facilitar a sustentabilidade do projecto e a progressiva autonomia das educadoras na realização de reuniões com pais no âmbito da literacia emergente;

- Início da intervenção junto de crianças com necessidades educativas especiais quer relacionadas com a aprendizagem da leitura e da escrita, quer com os equipamentos existentes e com a transição para a vida activa;
- Estabelecimento de parcerias com a Rede de Bibliotecas Escolares e com a Universidade do Minho, designadamente com o CIPSI e o CESC.

Através destas estratégias de intervenção pretende-se continuar a promover a articulação das acções entre os diferentes agentes educativos, de modo a facilitar a sustentabilidade do projecto, a manutenção das mudanças e a validade ecológica, condições estas necessárias para a promoção do sucesso escolar.

Será dada continuidade ao Projecto de Integração Escolar e Social a decorrer no Agrupamento Vertical de Escolas de Leça do Balio, que visa prevenir o abandono escolar, através da intervenção antecipada em causas pessoais e sociais dos alunos, que diminuam o impacto no Processo de Aprendizagem e na Integração Escolar.

No caso do 3º Ciclo do Ensino Básico, vai continuar-se a apoiar o Projecto EPIS – Empresários pela Inclusão Social, visando diminuir, de forma significativa, as taxas de insucesso dos alunos deste ciclo.

Apoio à realização do Torneio Inter-Escolas, viabilizando a realização desta iniciativa, numa perspectiva de incentivo à actividade física e desportiva, ao aumento do convívio e à troca de experiências entre os alunos das várias ES/3's do Concelho.



Relativamente à oferta formativa do Concelho, continuaremos a promover a construção e dinamização de uma Rede de Cursos de Educação e Formação, em articulação com os Agrupamentos de Escolas, Escolas Secundárias, Escolas

Profissionais, Empresas e demais Instituições de Formação, no sentido de contribuir para uma melhoria rápida e substancial da qualificação activa do Concelho, decisiva para a modernização sustentável da economia local e para a promoção das oportunidades de vida dos cidadãos matosinhenses.



A Câmara Municipal manterá o seu compromisso com o Plano Nacional de Leitura, no quadro do protocolo de parceria estabelecido, com o objectivo de elevar os níveis de literacia das crianças, promovendo a leitura, assumida como um factor de desenvolvimento individual e de progresso colectivo, através do apoio financeiro aos Jardins-de-Infância e Escolas do 1º Ciclo do

Ensino Básico. Pretende-se, também, implementar um sistema centralizado de gestão integrada, para as Bibliotecas Escolares do Concelho, no contexto da Rede de Bibliotecas Escolares existente.

No âmbito da concretização do quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação, e no que respeita ao pessoal não docente, a Câmara Municipal de Matosinhos continuará a investir na formação e no reforço das competências destes profissionais.

O parque escolar continuará a ser objecto de intervenção, ao nível do reordenamento da rede escolar dos Jardins-de-Infância, das Escolas de 1º Ciclo de Ensino Básico e das Escolas do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, bem como, no que diz respeito à renovação de espaços já existentes, visando a criação de instalações cobertas para a prática da actividade física e desportiva, de espaços para a instalação de cantinas, bibliotecas, centros de recursos, equipamentos informáticos e de novas tecnologias de informação e comunicação. Destacam-se as intervenções nos seguintes estabelecimentos de educação e ensino: EB1/JI da Quinta do Vieira, em Custóias, EB1/JI do Araújo, em Leça do Balio, e EB1/JI de Perafita, em Perafita, já em fase de construção/remodelação; EB1/JI da Quinta de S. Gens, na Senhora da Hora, EB1/JI da Lomba, em Guifões, EB1/JI de Santiago (2.ª fase), em Custóias, EBI/JI de Matosinhos, em Matosinhos, EBI/JI de Leça da Palmeira, em Leça da Palmeira, JI de Angeiras, em Lavra, EB1/JI da Praia, em Leça da Palmeira, EB1/JI do Padrão da Légua, em Leça do Balio, EB1/JI das Ribeiras, em Perafita, EB1/JI Passos Manuel, em Guifões, e EB1/JI do Seixo, em S. Mamede de Infesta, em fase de concurso. Durante o ano de 2010 serão lançados os projectos para a EB1/JI do Sobreiro, na Senhora da Hora, e EB1/JI do Estádio do Mar, em Matosinhos.



Relativamente à Acção Social Escolar, continuar-se-ão a expandir os apoios concedidos na aquisição de livros e materiais, transportes escolares e oferta de refeições escolares.

De acordo com as prioridades fixadas na Carta Educativa do Concelho de Matosinhos, emergiu a necessidade de elaboração do Projecto Educativo Municipal. Este projecto surge com o intuito de harmonizar os diferentes projectos educativos das escolas do concelho, acentuando as suas diferenças e características próprias. Na sequência das acções já implementadas e reconhecendo a necessidade de uma resposta cada vez mais local para a resolução dos problemas de cada comunidade educativa, propõe-se para o ano de 2010 a concretização do projecto, em parceria com a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e com os parceiros locais. A efectivação deste projecto constituirá um ponto de partida para a construção de novos caminhos que contribuam para a diminuição das taxas de insucesso e abandono escolar do concelho.

A correlação evidente entre a saúde e bem-estar das crianças e o seu sucesso escolar leva a que a Educação Alimentar persista como uma área de intervenção prioritária nos Estabelecimentos de Educação e Ensino do Concelho de Matosinhos, novamente no ano de 2010.

As medidas definidas para este ano surgem como forma de continuidade do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no âmbito da Educação Alimentar e visam a execução de uma abordagem integral baseada em intervenções ao nível das actividades curriculares, dos ambientes físicos e psicossociais das escolas e do estabelecimento de parcerias com agentes da comunidade:

- Melhoramento das instalações físicas e equipamentos das cozinhas e refeitórios escolares. Através da realização de vistorias higiénico - sanitárias às diversas cozinhas e refeitórios dos estabelecimentos de ensino do Concelho, é objectivo colmatar as necessidades ao nível destas infra-estruturas, possibilitando a criação das condições adequadas à execução das refeições.
- Acompanhamento, no terreno, do serviço de fornecimento de refeições nos estabelecimentos de educação e ensino, desde o Pré-Escolar ao 3º Ciclo do Ensino Básico.
- Fornecimento de refeições nutricionalmente equilibradas e ajustadas às necessidades das crianças do pré-escolar e dos alunos dos 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico. Avaliação das ementas escolares, garantindo que estas vão de encontro a almoços saudáveis, variados e adequados ao crescimento e desenvolvimento. Devido ao fenómeno da globalização que tem vindo a diversificar culturalmente as nossas escolas e comunidades educativas, dar continuidade ao fornecimento de ementas alternativas, satisfazendo as diferentes preferências e hábitos culturais, nomeadamente, no que diz respeito à disponibilização de ementas vegetarianas e ovo-lacto-vegetarianas.
- Colaboração em projectos e actividades de Educação Alimentar, nas várias escolas do 2.º e 3.º Ciclos e Secundárias do Concelho, na elaboração de ementas, na formação/sensibilização na área da Educação Alimentar e Alimentação Saudável de todos os elementos da comunidade educativa (professores, educadores, auxiliares e assistentes de acção educativa, encarregados de educação, alunos, familiares, manipuladores de alimentos, etc.).
- Realização de momentos de esclarecimento e debate, sobre a temática da Alimentação, à semelhança dos anos anteriores, dirigidos a toda a população e, especialmente, à comunidade educativa.
- Implementação da candidatura europeia ao Regime de Fruta Escolar, que visa a distribuição de frutas e produtos hortícolas, frutas e produtos hortícolas transformados às crianças dos estabelecimentos de ensino, com o objectivo de contribuir para a promoção de hábitos de consumo de alimentos benéficos para a saúde das populações mais jovens e para a redução dos custos sociais e económicos associados a regimes alimentares menos saudáveis.

Juventude e Voluntariado

A Divisão de Promoção Cívica, Juventude e Voluntariado propõe-se consubstanciar, no ano de 2010, estratégias no âmbito da educação não formal e formal, informação e animação, isto porque, a implementação de uma política de juventude não pode estar separada de um processo de actualização e acompanhamento constante das juventudes. Estamos cientes da multi-dimensionalidade e complexidade da própria condição juvenil, resultante da heterogeneidade de costumes, atitudes, expectativas e interesses, e é nesse sentido que nos propomos direccionar para estas dimensões.

Queremos contribuir para a educação dos jovens, promovendo uma juventude mais activa (sobretudo nas dinâmicas locais), autónoma, responsável, e capaz de enfrentar novos desafios.

A aposta continuada, nos Projectos de Intervenção Juvenil, vai de encontro a estes objectivos. O desenvolvimento de competências pessoais, o apoio na orientação vocacional e profissional, o acompanhamento psicológico, a promoção de uma vida sexual e reprodutiva saudável, as acções de sensibilização para os malefícios do consumo de álcool e drogas, entre outros, são algumas das temáticas trabalhadas nestes projectos.

Simultaneamente continuar-se-á a aposta na promoção de acções de formação para jovens activos, activos desempregados, ou recém-licenciados, resultado de uma política de promoção contínua das qualificações dos jovens, potenciando a procura de emprego e/ou melhorando o desempenho das tarefas que efectuam.

No âmbito da animação, iremos de encontro às diferentes vertentes artísticas, procurando responder às necessidades dos utentes. Haverá um cuidado especial na promoção de acções no espaço *Casas da Juventude*.



O objectivo de melhoria contínua dos serviços é intrínseco à prossecução do Sistema de Gestão de Qualidade, implementado já há 2 anos, com a atribuição do Certificado de Conformidade à Divisão da Juventude.



A dimensão Voluntariado surge como uma área que ambiciona alargar as vias de intervenção, com novos parceiros, novos perfis de posto e com a possível internacionalização do serviço.

Em conclusão, pretende-se no ano de 2010 consolidar projectos, melhorar as respostas às problemáticas emergentes, num plano que preveja a co-responsabilidade dos jovens na elaboração das políticas de juventude.



Promoção Social e Saúde

De acordo com a tipologia da população do Concelho de Matosinhos e dadas as características sociologicamente conhecidas do crescimento urbano em que a pobreza e exclusão se acentuam, a DPSS organiza a sua intervenção de acordo com as dimensões de vulnerabilidade que se constituem como factores de exclusão social e que definem, simultaneamente, o perfil de uma intervenção integrada e sustentada na rede de parceiros que directamente actuam nestas problemáticas.

A Proposta de trabalho a desenvolver pela DPSS no ano de 2010 estrutura-se em torno dos novos Eixos do PDS - Plano de Desenvolvimento Social (elaborado com base no Diagnóstico Social do Concelho) e enquadrados pelas Grandes Opções do Plano:

- Educação, formação e inserção social;
- Condições de vida e cidadania;
- Riscos e perigos;
- Inovação e qualificação de equipamentos e serviços;
- Participação e trabalho em rede;
- Produção e divulgação de conhecimento.

Para além de apostar em dotar o Concelho de infra-estruturas de apoio social, pretende-se sobretudo investir na manutenção e alargamento das parcerias com outras entidades da sociedade civil, rentabilizando eficazmente as potencialidades e os recursos locais, na perspectiva de que o “trabalho em rede” permite multiplicar a eficácia de todos os intervenientes.

EIXO 1 - Educação, formação e inserção social

PMSM - Formação nas IPSSs no âmbito da Prevenção de Acidentes e Segurança e Qualidade e Higiene Alimentar

Ação integrada no PMSM é dirigida ao corpo dirigente e colaboradore/as que manipulam bens alimentares. Surge com base na informação resultante das vistorias efectuadas pela ULSM junto das diferentes valências de IPSSs. 80,9% das Instituições, alvo de vistoria, apresentam problemas no domínio da segurança.

Resultante também do questionário preenchido por 27 IPSSs do Concelho que identificaram as suas necessidades de formação essencialmente nas áreas da Qualidade, Prevenção de Acidentes e Saúde e Alimentação. Através desta formação pretende-se sensibilizar e desenvolver competências junto dos recursos humanos das IPSSs bem como promover melhores condições de segurança e higiene alimentar actualmente verificadas nestas instituições.



PMSM – Formação em Saúde Oral

Dinamização de parcerias para apoio na formação de técnicos de saúde escolar no âmbito da sua intervenção em saúde oral em contexto educativo. A ULSM apresentou necessidades de formação de cerca de 30 enfermeiro/as e médico/as de família neste domínio. A CMM através do PMSM pretende promover a possibilidade de apoio através das parcerias Ordem dos Médicos Dentistas, Faculdades de Medicina Dentária e Mundo a Sorrir.

O CNO - Centro de Novas Oportunidades

O objectivo do CNO é aumentar os níveis de qualificação, escolar e profissional, dos adultos. Assim, é uma porta de entrada para todas as pessoas com 18 anos ou mais que não tenham concluído o 4.º, 6.º, 9.º ou 12.º ano de escolaridade e que pretendam aumentar o seu nível de escolaridade e/ou pretendam uma qualificação profissional.

No CNO, uma equipa especializada o identifica o perfil de cada candidato e, de acordo com o mesmo, procede ao seu encaminhamento para a resposta de educação / formação mais adequada. Isto é, ou para integração em Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competência (desenvolvido no CNO) ou para outro percurso educativo e formativo (desenvolvido por outra entidade formadora).

A Loja de Emprego

Este serviço, no âmbito do Projecto Matosinhos Activo, continuará a trabalhar com a população desempregada com dificuldades acrescidas de inserção, tendo como objectivos, apoiar percursos individuais de inserção profissional; Desenvolver acções de formação de curta duração e à medida; Integrar pessoas no mercado de trabalho; Fomentar a criação de auto-emprego.

Os Gabinetes de Empregabilidade

No âmbito do Projecto Agir em Matosinhos, estes gabinetes foram implementados recentemente nas Freguesias de Guifões e de Santa Cruz do Bispo seguem os mesmos objectivos e metodologias tendo como população e territórios de intervenção, as pessoas desempregados residentes nas referidas freguesias. Paralelamente será realizado um trabalho próximo com as empresas destas duas freguesias com o objectivo de apoiar e qualificar as entidades empregadoras.

O Conselho Consultivo do Emprego e da Formação



Constituído em 2008, no âmbito do Projecto Matosinhos Activo, vai prosseguir em 2010 com os seguintes objectivos: identificar áreas profissionais com capacidade de oferta de emprego, analisar projectivamente as necessidades do mercado de trabalho ao nível das

áreas de formação profissional mais prioritárias; dos perfis profissionais emergentes e discutir a adequação da oferta formativa às necessidades das actividades económicas.

A Empresa “Mestre Jardim”

O ano de 2010 será um ano de afirmação como uma empresa auto-sustentável do mercado social de emprego, continuando a integrar na sua estrutura pessoas com dificuldades de inserção no mercado de trabalho

EIXO 2 - Condições de vida e cidadania

Equipamentos e Respostas Sociais

Com vista a aumentar a capacidade de resposta dos equipamentos e serviços sociais, a DPSS manterá o apoio prestado às Instituições que intervêm em diversas áreas, das quais se destacam as da infância, deficiência e terceira idade, através da atribuição de subsídios para a realização de actividades, aquisição de equipamentos, cedência, construção, remodelação e ampliação de instalações, cobrindo necessidades de recursos financeiros que as Instituições não têm meios para suportar.

Pretende-se dar continuidade à aposta no apoio às Instituições locais através:

- da qualificação das suas trabalhadoras e trabalhadores e demais colaboradores (dirigentes e voluntário/as), que se traduz nos programas de formação, em áreas específicas;
- do acompanhamento das entidades ao nível da implementação do Plano de Acção que concretiza as intenções do Plano de Desenvolvimento Social;
- na concretização das candidaturas aos programas que permitirão qualificar equipamentos da rede já existente e aumentar a capacidade de acolhimento, reforçando assim a rede de respostas sociais já existente:
 - PARES – Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais e
 - POPH – Programa Operacional do Potencial Humano,

Relativamente à infância irá ser prestado apoio financeiro às Instituições no sentido de melhorar a qualidade de equipamentos de acolhimento residencial de crianças e alargar a Rede de Creches aumentando a capacidade de acolhimento em pelo menos 200 lugares, até ao ano de 2013

No que concerne à deficiência será dada continuidade à promoção da melhoria dos meios e serviços prestados pelas Instituições. As candidaturas aprovadas irão permitir a criação de mais 3 Lares Residenciais, 3 Centros de Actividades Ocupacionais, e 2 Serviços de Apoio Domiciliário. A criação destes novos serviços irá permitir abranger mais pessoas com deficiência. A Autarquia irá apoiar a realização de obras de

recuperação do seu edifício onde funciona a Residência-Lar cedida à Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental – Núcleo de Matosinhos, na Senhora da Hora.

Relativamente à terceira idade, pretende-se promover a qualidade do atendimento prestado pelas Instituições aos seus 3.000 utentes quotidianos, considerando em primeiro lugar a satisfação das necessidades e, num segundo plano, a promoção da saúde através de um conjunto de actividades que, incentivando-os ao exercício físico e mental, promovem o bem-estar bio-psico-emocional e social.

O Cartão MATOSINHOSénior continuará em 2010 a possibilitar o acesso às iniciativas do município, tais como a comemoração de eventos festivos (Dia Internacional da Pessoa Idosa, Dia dos Avós, o Natal, etc.), actividades no exterior das Instituições (Passeios, colónias balneares, etc.) e actividades regulares de estimulação e de convívio (Aulas de Ginásticas, Hidroginástica, Ateliers, etc.).



No âmbito dos serviços proporcionados por este Cartão, em 2010 será mantido o MATOSINHOS AMIGO, que proporciona aos munícipes Seniores um serviço de reparação de anomalias nos seus domicílios, e será aumentada a capacidade de resposta às necessidades de TELEASSISTÊNCIA DOMICILIÁRIA, passando a ser esta de 70 unidades.

Com estes serviços pretende-se retardar a necessidade de institucionalização das pessoas com mais idade e/ou com menor autonomia.

Apoio a Instituições com intervenção no domínio da Saúde

A DPSS apoia instituições que desenvolvem acções de prevenção da doença e de promoção da saúde em domínios como a prevenção de comportamentos de risco; prevenção secundária e terciária da propagação de doenças sexualmente transmissíveis; acções de informação, esclarecimento e intervenção junto de doentes, familiares e técnicos que trabalham na área da saúde mental; acções de prevenção (rastreamento).

O GAS – Gabinete de Apoio Social

A DPSS dará continuidade ao Apoio Psicológico do/as funcionário/as dos serviços municipais, através do GAS – Gabinete de Apoio Social. Desde o início do seu funcionamento foram atendidos 55 casos de funcionário/as municipais tendo também este serviço dado respostas a 2 situações de crise exteriores ao município. Espera-se poder dar resposta a todos os casos solicitados estando a situação dependente de instalações próprias.

Projecto Matosinhos Activo

Será dada continuidade no terreno à dinamização de uma bolsa de Voluntariado de Proximidade para apoio a pessoas idosas e / ou dependentes sem retaguarda no Concelho de Matosinhos.

Projecto Agir em Matosinhos

Compreende Acções de acesso às TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação. Propõe-se desenvolver um trabalho com um grupo de destinatários diversificado, como crianças e jovens, pessoas desempregadas e idosos, com o objectivo de aumentar as suas competências na área das tecnologias de comunicação e informação.

Projecto “Novas Metas”

Este Projecto de redução de riscos e minimização de danos, aprovado no âmbito do Programa Operacional de Respostas Integradas do IDT – Instituto da Droga e da Toxicodependência tem como principais objectivos diminuir a assunção de comportamentos de riscos na população toxicodependente do Concelho de Matosinhos, melhorar as suas condições socio-económicas e de saúde e aumentar os níveis de conhecimento sobre esta problemática nos familiares e técnicos e quanto ao perfil e padrões de consumos de substâncias psico-activas.

Neste sentido, durante o ano de 2010 o Novas Metas irá promover acções direccionadas para a saúde tais como, programa de substituição opiácea de baixo limiar de exigência em parceria com o CRI Ocidental – Unidade Local de Matosinhos, prestação de cuidados médicos e de enfermagem e primeiros socorros, administração de medicação tuberculostática e retrovirica sobre observação directa, distribuição de material de contracepção e programa de troca de seringas, rastreio às doenças infecciosas, orientação para o tratamento e acompanhamento médico em consulta semanal.

O Projecto irá desenvolver acções de prevenção e redução de riscos nos contextos recreativos/nocturnos do Concelho tais como, distribuição de preservativos e material informativo sobre práticas de consumo e sexuais de menor risco, implementação de programa de troca de seringas; teste de alcoolemia; análise às substâncias de consumo (teste de Marquis); e realização do Klothos.

Programa Municipal Apoio Arrendamento

A grave conjuntura económica, do último trimestre de 2008 e do primeiro trimestre de 2009, conduziu a que o Município de Matosinhos enceta-se uma estratégia para responder, como é seu hábito, a esta conjuntura adversa.

Desta forma o Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos solicitou à MatosinhosHabit -MH, EEM um estudo acerca da possibilidade de implementar um apoio ao crescente número de famílias com dificuldades de honrar os seus contratos de arrendamento privado.

Para levar a cabo este estudo, foi celebrada uma parceria com a Universidade Católica do Porto, sob a coordenação do Prof. Alberto Castro.

Este estudo teve como resultado uma proposta de criação do Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento – P.M.A.A., para famílias carenciadas. Esta é uma resposta rápida, a um problema conjuntural e ao fazê-lo procurou-se inovar no tipo de política habitualmente seguido.

No âmbito deste Programa no ano de 2009 foram apoiados 1.142 indivíduos num total de 425 candidaturas, sendo o valor do apoio às famílias de 234.683,38€, prevendo-se para o ano de 2010 um gasto no valor de 740.000,00€.

A MatosinhosHabit -MH, EEM abrirá 2 novas fases de candidaturas ao P.M.A.A., conforme previsto no regulamento, a decorrer durante o ano 2010.

EIXO 3 - Riscos e perigos

Integração de pessoas a cumprir penas de Trabalho Comunitário

No âmbito do Protocolo de Cooperação estabelecido entre a Autarquia de Matosinhos e o Instituto de Reinserção Social (IRS), para a colocação de cidadãos em cumprimento de medidas de Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade (TFC), a Câmara colocará as pessoas a quem foi aplicada esta pena em diversos serviços da Autarquia.

Delegação de Matosinhos da Cruz Vermelha Portuguesa

Colaboração para acções de apoio a Vítimas de violência doméstica;

Desenvolvimento de Competências Parentais

No âmbito do Projecto Matosinhos Activo, será dada continuidade à Acção de Desenvolvimento de Competências Parentais, que consiste em trabalhar com famílias com crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 3 anos, sinalizadas prioritariamente pela CPCJP, tendo como objectivos: Prevenir situações de risco na infância; Desenvolver competências parentais; Promover a valorização, por parte dos pais, do percurso escolar dos filhos. A Acção Intervenção em situações de crise nas famílias (Projecto Agir em Matosinhos) visa também estes objectivos com as famílias residentes nas freguesias de Guifões e de Santa Cruz do Bispo.

As Acções Projectos de Vida com Sucesso visam aumentar as competências sociais, pessoais e educativas junto de crianças com insucesso escolar e em risco de abandono no âmbito do Projecto Agir em Matosinhos.

O Projecto GIGAS

Este Projecto de prevenção primária do uso/abuso de drogas, encontra-se em funcionamento no território de Custóias, mais concretamente nos Conjuntos de Habitação Social de São Gens e Custóias e apresenta como objectivos centrais, aumentar as competências pessoais/sociais das crianças envolvidas nas acções desenvolvidas em contexto escolar; aumentar os factores de protecção dos participantes que frequentam todas as actividades dirigidas aos mesmos; aumentar, os factores de protecção das famílias que frequentam todas as actividades; garantir a sustentabilidade do projecto através da capacitação dos 20 técnicos para a implementação de um programa de treino de competências pessoais, sociais e parentais em famílias vulneráveis; aumentar os conhecimentos da população em geral, relativamente aos comportamentos de risco e seu papel na prevenção. Neste sentido, dar-se-á continuidade às actividades previstas em candidatura para o ano de 2010. Assim, encontram-se previstas acções em meio escolar, meio familiar e meio comunitário, nomeadamente: Programa de treino de competências para crianças de Escolas EB1; Grupos de orientação e desenvolvimento para jovens; Grupos de orientação formativa e profissional; Apoio às actividades escolares dos jovens; Actividades lúdico-desportivas; Acompanhamento individualizado aos jovens e famílias; Programa de treino de Competências Pessoais, Sociais, Parentais e

Profissionais; Acções de treino de competências dirigidas a técnicos e Membros de associações locais; Tertúlias e Jogo em Família.

O EDP – Educa, Previne e Desenvolve

Durante o ano 2009, foi implementado, através de candidatura realizada à fundação EDP, o projecto Educa, Desenvolve e Previne. Este projecto contemplou a implementação de um programa de treino de competências junto de crianças em idade pré-escolar. Em 2010 será promovida a continuidade deste programa, procurando desenvolver junto destas crianças comportamentos adequados e saudáveis que lhes possibilite experimentar, construir e desenvolver competências, no contexto de relação com o outro e com o mundo que a rodeia.

Parceria com o Fórum Português para a Prevenção e Segurança Urbana (FOPPSU)

DC&DII – Democracia, Cidades & Drogas / *Democracy, Cities & Drugs*

- No âmbito do desenvolvimento do projecto DC&D II, em 2010, dar-se-á continuidade à formação creditada, dirigida a Técnicos dos Municípios



sobre “Desenvolvimento de projectos de Intervenção em toxicodependência”, em estreita parceria com a Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade do Porto. Este projecto tem como objectivo central implementar um programa de troca e partilha de conhecimentos e experiências, definir metodologias e estratégias de intervenção no âmbito da toxicodependência e diagnosticar as necessidades ao nível de intervenção. O objectivo último deste projecto será a publicação de um guia de boas práticas e metodologia sobre as estratégias e princípios de intervenção sobre a toxicodependência.

Observatório Inter-Municipal para a Segurança Urbana

- O Fórum Português tem vindo a trabalhar em estreita articulação com Direcção Geral da Administração Interna, no sentido de integrar e participar numa

plataforma de observatórios, já existentes em Portugal, que contempla cerca de 30 Instituições. Neste contexto irá ser disponibilizado um instrumento que possibilita a análise retrospectiva e actual das situações da violência e criminalidade a nível concelhio possibilitando, de igual modo, o cruzamento de informação de vários indicadores da Segurança Urbana.

Guia de Desenho Urbano para a Segurança e a Redução da Criminalidade

- O FOPPSU irá integrar a parceria da Direcção-Geral da Administração Interna e a Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, para a concepção de um Guia de Desenho Urbano que contemplará instruções relativas à planificação de cidades seguras, bem como, a referência a boas práticas neste domínio. Este manual destina-se a técnicos municipais e de outras entidades públicas e privadas com responsabilidade na concepção, planeamento e implementação de projectos de desenvolvimento de espaços urbanos públicos e privados. Este documento encontra-se organizado em formato de enciclopédia, tendo já sido publicados 4 volumes, sendo que o próximo encontra-se a ser ultimado em colaboração com o FOPPSU e seus associados (autarquias).

Cooperação entre o FOPPSU e o Instituto Superior de Ciências Policiais de Segurança Interna

- Encontra-se em fase de análise a proposta de protocolo entre o Fórum e o Instituto Superior de Ciências Policiais de Segurança Interna. Com esta Cooperação objectiva-se a troca e disseminação de conhecimento e boas práticas locais que impulsionem a elaboração e apresentação de documentos que possam promover o desenvolvimento de estratégias preventivas e de segurança locais.

Divulgação e distribuição do Guia de auditorias locais

- Este Guia, concebido no âmbito da Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade e que será traduzido para Português, divide-se em duas partes: legislação nacional para auditorias (diagnósticos) e uma outra com fontes estatísticas do tipo “Where to go”. No âmbito deste Guia, será negociada a participação do FOPPSU como autor do preâmbulo, bem como o seu lançamento e iniciativas de divulgação.

EIXO 4 - Inovação e qualificação de equipamentos e serviços

Projecto Agir em Matosinhos

No âmbito do Projecto Agir em Matosinhos pretende-se capacitar das instituições, apoiando o processo de qualificação dos serviços prestados pelas instituições, assim irá trabalhar neste objectivo com quatro Instituições do Concelho sediadas nas freguesias de Santa Cruz do Bispo e Guifões.

No referido Projecto irá ainda decorrer uma Acção de Capacitação da Comunidade, com a organização de duas acções de formação na área da violência doméstica.

EIXO 5 - Participação e trabalho em rede

A Rede Social

Para o ano de 2010, o Conselho Local de Acção Social dará continuidade ao trabalho desenvolvido no âmbito da Rede Social, nomeadamente:

- O acompanhamento anual das 10 Comissões Sociais de Freguesia cujo objectivo passa por implementar as acções do Plano de Desenvolvimento Social 2009-2013;
- Realização de Plenários do CLAS e Plenários Extraordinários sempre que seja pertinente;
- Reuniões do Núcleo Executivo da Rede Social para tratar de assuntos inerentes ao trabalho desenvolvido na Rede Social ao nível transversal / concelho;
- Avaliação das acções do PDS relativas ao ano de 2009;
- Emissão de pareceres no âmbito dos equipamentos e serviços sociais;
- Apoio na realização de candidaturas a diversos programas durante o ano 2010;
- Análise de propostas, sobre projectos a implementar no Concelho a realizar durante o ano;
- Acompanhamento e realização das acções inscritas no Plano da Igualdade de Género. Será efectuada formação na Igualdade de Género dirigida a técnicos/as da Autarquia e outros agentes locais. A finalidade da realização desta formação, passa por proporcionar a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências nesta matéria. Será também desenvolvida uma acção de sensibilização junto das estruturas hierárquicas de topo da Autarquia, procurando fomentar a integração desta perspectiva enquanto condição para uma boa governação;

- Acompanhamento das acções inscritas nos Planos da Deficiência e da Infância. Serão promovidas reuniões de trabalho com as Instituições destas áreas e Núcleo Executivo da Rede Social cujo objectivo passa por promover a qualidade dos serviços prestados pelas Instituições com intervenção nas referidas áreas.



Ainda em 2010, compete à Rede Social a conclusão da construção do novo Plano de Desenvolvimento Social para 2009-2013.

O Atendimento Integrado

Esta metodologia visa aumentar a capacidade e a eficácia da intervenção da(s) rede(s) de parceiros já existentes através da criação/sustentação de uma plataforma de coordenação de acções com vista a uma abordagem integrada junto dos públicos desfavorecidos, concorrendo-se, desta forma, para a procura de novas metodologias de trabalho que apostem na flexibilidade e não na fragmentação de respostas. Pretende-se que as famílias que recorrem ao Atendimento não tenham que se dirigir a diversos serviços sociais e que não haja uma sobreposição de intervenções e um desgaste de recursos humanos, criando respostas coerentes, articuladas e mais céleres.

Actualmente o A.I. está implementado nas 10 Freguesias do Concelho, sendo que, para além dos Pólos Territoriais (10), existem também os Grupos Específicos, como a Matosinhos Habit (Conjunto Habitacional de São Gens), os Centros de Saúde e o CRI (Centro de Respostas Integradas).

Plano Municipal de Saúde do Concelho de Matosinhos (PMSM)

No domínio da Saúde Oral, os dados Concelhios não se afastam muito dos nacionais. Estes revelam que apenas 33% de crianças aos 6 anos de idade se encontra livre de cárie dentária. Os últimos dados cedidos pela ULSM relatam que foram efectuados 2141 rastreios às Escolas EB1 do Concelho tendo sido detectadas 918 cáries.



No sentido de prevenir as doenças orais, pretende-se realizar:

- Distribuição de cerca de 8000 Kits de Saúde oral junto das crianças das Escolas EB1 do Concelho de Matosinhos;
- Alargar a rede de médicos dentistas tutores de crianças e jovens carenciados (Dr. Trincas). Actualmente são 9 os médicos dentistas que assumem o tratamento de cerca de 40 crianças;
- Iniciar os tratamentos de Medicina Dentária através das parcerias já estabelecidas (CTPDL, Dr. Trincas, UFP) e da implementação da Clínica Pedagógica em parceria com a UFP;
- Apoiar a ULSM na realização de acções de formação dirigidas aos técnicos de saúde escolar.

No domínio da Saúde e Educação Alimentar pretende-se acompanhar a implementação do Manual de Educação Alimentar “Aprende a comer com a Fada Dentinho” e avaliar impacto da sua aplicação junto das crianças das Escolas EB1 do Concelho.

O domínio da Saúde da Visão do PMSM irá arrancar em 2010 com o início dos rastreios oftalmológicos junto das crianças que frequentam as Escolas EB1 do Concelho.

Plano Desenvolvimento Social para a Infância do Concelho de Matosinhos

O Plano para a Infância resulta das necessidades que foram levantadas no Concelho acerca deste domínio, assim como dos contributos dos agentes que trabalham directamente no terreno. O objectivo estratégico deste plano pressupõe garantir as condições para uma efectiva garantia dos Direitos das Crianças. As linhas estratégicas baseiam-se na promoção do Conhecimento, na qualificação e alargamento dos Equipamentos da Infância, na promoção do sucesso educativo, na promoção da vida cultural e desportiva e na redução do risco e minimização do perigo.

Plano Municipal de Matosinhos para a Inclusão Social das Pessoas com Deficiências ou Incapacidades

O Plano Municipal de Matosinhos para a Inclusão das Pessoas com Deficiências ou incapacidades, 2009/2013, surgiu da iniciativa da Rede Social do Concelho e começou a concretizar-se a partir do momento em que se identifica a necessidade de aprofundar o conhecimento de todos os agentes envolvidos, sobre as diferentes realidades e expressões das deficiências e incapacidades. O Plano Municipal de Matosinhos para a Inclusão Social das Pessoas com Deficiências ou Incapacidades

define como objectivo estratégico “Garantir o direito à autonomia e à qualidade de vida das pessoas com deficiências e incapacidades.”

Para o cumprimento deste objectivo o Plano estrutura-se em torno de quatro linhas de actuação: Informação e sociedade; Educação, formação e inserção laboral; Acessibilidades e Serviços e condições de vida.

Estas linhas reúnem um conjunto de propostas que permitem uma abordagem integrada às questões associadas à problemática das deficiências e incapacidades e nesta perspectiva, a consideração de uma série de factores que se traduzem em obstáculos a uma inserção plena das pessoas com deficiências ou incapacidades na vida em sociedade.

As propostas do Plano assentam na valorização e dignificação das pessoas com deficiências ou incapacidades; no pressuposto de que as pessoas com deficiência podem ser autónomas, através do desenvolvimento de determinadas competências e na igualdade de oportunidades.

Plano Gerontológico de Matosinhos



Propõe-se ainda dar continuidade à implementação do Plano Gerontológico de Matosinhos, como primeiro Plano Gerontológico nacional, apresentado publicamente no dia 1 de Outubro de 2007, e organizado em torno de quatro linhas estratégicas: Diagnóstico, Equipamentos, Recursos Humanos e Autonomia, visando criar mecanismos para a resposta às necessidades identificadas para esta faixa etária quer no Diagnóstico Social, quer pelos diversos parceiros que participaram na sua construção, nomeadamente através do NESE – Núcleo de Estudos para o Envelhecimento.

EIXO 6 - Produção e divulgação de conhecimento

Observatório Social

Em Matosinhos, a necessidade de criação de um Observatório Social surge no contexto da Rede Social do Concelho, sendo objectivo do Observatório dispor da informação necessária para a realização de um Diagnóstico do Concelho nas diferentes

áreas sociais e que permita detectar precocemente a emergência de novos problemas sociais e definir linhas de actuação estratégica.



informação a fornecer e respectiva periodicidade.

O Observatório Social assenta numa dinâmica de cooperação entre diferentes entidades. Assim, a informação que consta do Observatório Social é produzida, como é o caso de alguns estudos realizados no Concelho, no contexto das estruturas da própria Rede Social, seja o seu Núcleo Executivo, seja o Núcleo de Estudos para o Envelhecimento. Por outro lado, são também estas entidades que “alimentam” o Observatório com regularidade anual, pelo que o mesmo pressupõe o estabelecimento de um protocolo, entre todos, que permitiu definir as responsabilidades quanto ao tipo de

Assim, o Observatório Social, enquanto dispositivo de recolha, tratamento e análise de informação referente ao Concelho de Matosinhos, pretende desempenhar as seguintes funções:

- Planeamento de uma intervenção social global, integrada e de carácter preventivo;
- Incremento da inovação;
- Qualificação dos agentes sociais locais.

Estudo sobre a Infância

Propõe-se também a realização da publicação do estudo da Infância no primeiro semestre do ano de 2010, que se encontra a ser produzido no âmbito do Plano Desenvolvimento Social para a Infância do Concelho de Matosinhos



Plano Municipal de Saúde do Concelho de Matosinhos - Saúde Sexual e Reprodutiva

Está previsto para 2010 a apresentação dos resultados obtidos pela administração de questionários aos alunos das Escolas EB2/3, Escolas Secundárias e Profissionais, bem como aos pais e encarregados de educação. Através da aplicação deste questionário pretende-se avaliar comportamentos, atitudes e crenças face às questões da saúde sexual e reprodutiva.

O NESE – Núcleo de Estudos Sobre o Envelhecimento

O NESE, preparado em 2006 e implementado já em 2007, funciona como um grupo temático composto pelos elementos do Núcleo Executivo do Conselho Local de Acção Social de Matosinhos e por pessoas, convidadas individualmente, que dão um testemunho e contributo na sequência da sua experiência de vida e /ou actividade profissional e tem como objectivos: fomentar a participação de pessoas e organizações na Rede Social, manter um diagnóstico actualizado dos processos e riscos de envelhecimento do Concelho e criar mecanismos de adequação constante das respostas às necessidades da população.

Propõe-se para 2010 a dinamização de reuniões trimestrais do NESE, com o objectivo de avaliar os resultados e a pertinência das acções em curso para a terceira idade, nomeadamente as propostas no Plano Gerontológico de Matosinhos, bem como, com base nos diagnósticos existentes, aferir a existência de condições para a implementação das restantes acções e apresentar contributos para a actualização deste Plano, propondo novas acções.

Os Bancos de Ajudas Técnicas

No âmbito do trabalho desenvolvido pela Rede Social, nomeadamente com as dez Comissões Sociais de Freguesia do Concelho de Matosinhos, verificou-se a necessidade de colmatar a insuficiência de material de Ajudas Técnicas nas diferentes Freguesias, de forma a dar resposta aos inúmeros casos de dependência física existentes.

Administração do Território

Departamento de Gestão Urbanística

Os objectivos que nos propomos atingir no ano de 2010 passarão necessariamente pelas seguintes 13 medidas:

1) Facultar a todos, agentes internos e externos, um “regulamento” disciplinador, exaustivo e claro do exercício urbanístico, com vista a eliminar a discricionariedade na apreciação dos pedidos (“O Livro de Estilo” do Departamento). Este “regulamento”, ou modelo a seguir por todos, destina-se a garantir a “universalidade” dos pareceres, para além da sua fundamentação legal e urbanística, que hoje já está assegurada.

1.1) No que diz respeito aos técnicos municipais, a existência de um manual de apreciação de projectos (uma check-list de situações a verificar) permitirá uma mais rápida e sistemática apreciação dos projectos.

1.2) No que diz respeito ao exterior, a disponibilização no site da Câmara deste manual e ainda da legislação aplicável às operações urbanísticas, permitirá tomar mais perceptível a todos aqueles que elaboram projectos, a tarefa daqueles que os analisam, e encontrar-se-ão consensos mais rígidos e fáceis entre o exterior e o interior.

2 – Disponibilizar as regras de taxamento de todas as operações urbanísticas, distinguindo as taxas de serviço das taxas a cobrar como contraprestação do benefício imobiliário.

3 – Disponibilizar um registo fiável de todos os antecedentes processuais para uma fácil certificação documental (escrita e desenhada) de todas as operações urbanísticas, passadas e presentes.

4 – Estabelecer um “modelo” para o registo em cartografia actualizada, de todas as redes, fundiária, imobiliária, predial, que sirva no futuro para o carregamento, numa base de dados georreferenciada de todos estes elementos que são absolutamente indispensáveis à informação e programação/planeamento dos projectos e das obras.

5 – Criação de uma base de dados de todos os edifícios classificados ou em vias de classificação, que inclua medidas que permitam com objectividade e clareza disciplinar as intervenções nesses imóveis ou naqueles que fazem o seu acompanhamento, registando cartograficamente estes perímetros.

6 – Aprofundar a monitorização das tramitações processuais, com vista à implementação de medidas correctivas, que possam, em determinados momentos, ser

indispensáveis ao cumprimento dos deveres de resposta, e que inclua também o controlo dos prazos das entidades cujo parecer é legalmente obrigatório, quer sejam internos ou externos à Autarquia.

7 – Tornar oportuna a intervenção da fiscalização urbanística, uma vez que procedimentos tardios ou extemporâneos poderão condenar ao insucesso o papel a que a Autarquia está (cada vez mais) obrigada nesta área.

8 – Organizar, triar e sanear de forma expedita os processos de obras sem licença (OSL), promover com eficácia as medidas cautelares de controlo (embargo, p. ex.), promover as medidas de reparação e reposição de legalidade, accionando, se necessárias, as medidas legais previstas para a demolição das construções ilegalizáveis, punindo os actos que, não acatando a autoridade camarária, persistam na violação da lei.

9 – Exercer uma tutela mais firme na fiscalização de todos os actos urbanísticos, uma penalização mais dura dos prevaricadores, uma responsabilidade mais atenta de todos os agentes, incluindo procedimentos disciplinares junto das ordens profissionais, implementando medidas de estímulo a todos os que intervenham com moderação, bom senso, competência e correcção no território.



10 – Fazer uma cartografia georreferenciada das acções da fiscalização, para tratamento posterior a diversos níveis, incluindo a da comparação com as acções submetidas a controlo. Permitirá este recenseamento identificar possíveis “focos” de urbanização não consentida, a natureza e a escala dessas intervenções e o seu objecto funcional. Permitirá ainda rastrear se essas acções de construir sem prévio título se podem de algum modo atribuir à morosidade de resposta da Autarquia, e nesse caso,

antecipar a acção de construir, sem quaisquer outras consequências que não sejam, de algum modo, condicionadas a decisão.

11 – O acompanhamento de todos os processos de legalização em AUGI's que se encontram em curso;

12 – A participação, em articulação com o Departamento de Planeamento, no trabalho preparatório de organização das CAC'S (Comissões de Administração Conjunta), em todos os núcleos onde estas ainda não se encontram constituídas;

13 – Elaboração de propostas de reconversão que se adequem à realidade dos núcleos de Génese Ilegal que ainda se encontram por legalizar, tendo em vista o compromisso da sua efectiva integração na envolvente e a sua adequada articulação com a rede de acessos, que nalguns casos é insuficiente e desorganizada. Torna-



se nalguns casos indispensável fazer propostas que garantam uma harmoniosa contiguidade entre estes núcleos e a envolvente, a qual nalguns casos está a sofrer profundas reformas, de modo a que não resultem em espaços desqualificados e desordenados mas sim PARTES das áreas urbanizadas nas quais se integrem com coerência e qualidade, onde não se quer que funcionem como ilhas encravadas e sobrantes. Nalguns casos este espaço de reconversão poderá passar pelo “abate” de alguns lotes, pois nem sempre será possível encontrar solução para todos, e será nesses casos mais sensato ordenar o que é ordenável sem comprometer parâmetros mínimos de acessibilidade, insolação ou segurança. Na lista das AUGI'S sem Alvará, depois de todo o trabalho que foi feito, existem ainda alguns “núcleos problema” que carecem de alteração do PDM ou da eliminação de constrangimentos criados pelas reservas REN ou RAN, as quais obrigarão, nalguns casos, a soluções de excepção, pois têm características morfológicas, urbanísticas ou de localização que só por si os transformam em núcleos, eles próprios, excepcionais.

Gabinete de Estudos Urbanísticos

São 5 os objectivos prioritários para o ano de 2010 que o GEU se propõe concretizar:

- 1 – Elaboração do Estudo Urbanístico para a área envolvente ao Edifício do Centro Paroquial do Araújo, em Leça do Balio;
- 2 – Elaboração do Estudo Urbanístico para a zona da Amieira, na área adjacente à antiga Fábrica dos Curtumes, em S. Mamede de Infesta;
- 3 – Elaboração do Estudo Urbanístico para a zona norte de Monte Espinho, em Leça da Palmeira;
- 4 – Conclusão do Estudo de Alinhamentos e Cérceas para a Zona das Icas, junto à Exponor, em Leça da Palmeira;
- 5 – Conclusão do Estudo Urbanístico das antigas Pedreiras de S. Gens, em Custóias.



Departamento de Planeamento Urbanístico**1. Plano Director Municipal**

Adequação do processo de revisão do PDM ao novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, atendendo ao Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, ao Plano Regional de Ordenamento Florestal do Norte, ao Plano Regional de Ordenamento do Território, ao Plano da Bacia do Leça e ao seu processo de revisão, á revisão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira, bem como á disciplina legal aplicada á Reserva Agrícola Nacional e à Reserva Ecológica Nacional, passando pela reavaliação dos objectivos em termos de actualidade, pela definição rigorosa de novos termos de referência, face às alterações conjunturais que se operaram no ordenamento concelhio, nomeadamente as novas infra-estruturas rodoviárias, a plataforma logística portuária, o plano de desenvolvimento do aeroporto, as previsões ferroviárias das redes de alta velocidade e do metro ligeiro, do perímetro de segurança da refinaria e da constituição de nova servidão aeronáutica.

A adequação contemplará também o processo de criação de uma nova Comissão de Acompanhamento e o Relatório da Avaliação Ambiental Estratégica, com o preliminar Relatório dos Factores Críticos Para a Decisão.

A revisão do PDM passará pela adequação dos processos de redelimitação da RAN e da REN, aos novos diplomas legais publicados em 2009 e a publicar no ano de 2010, que alteram a metodologia, os procedimentos e os conceitos da qualificação do solo.

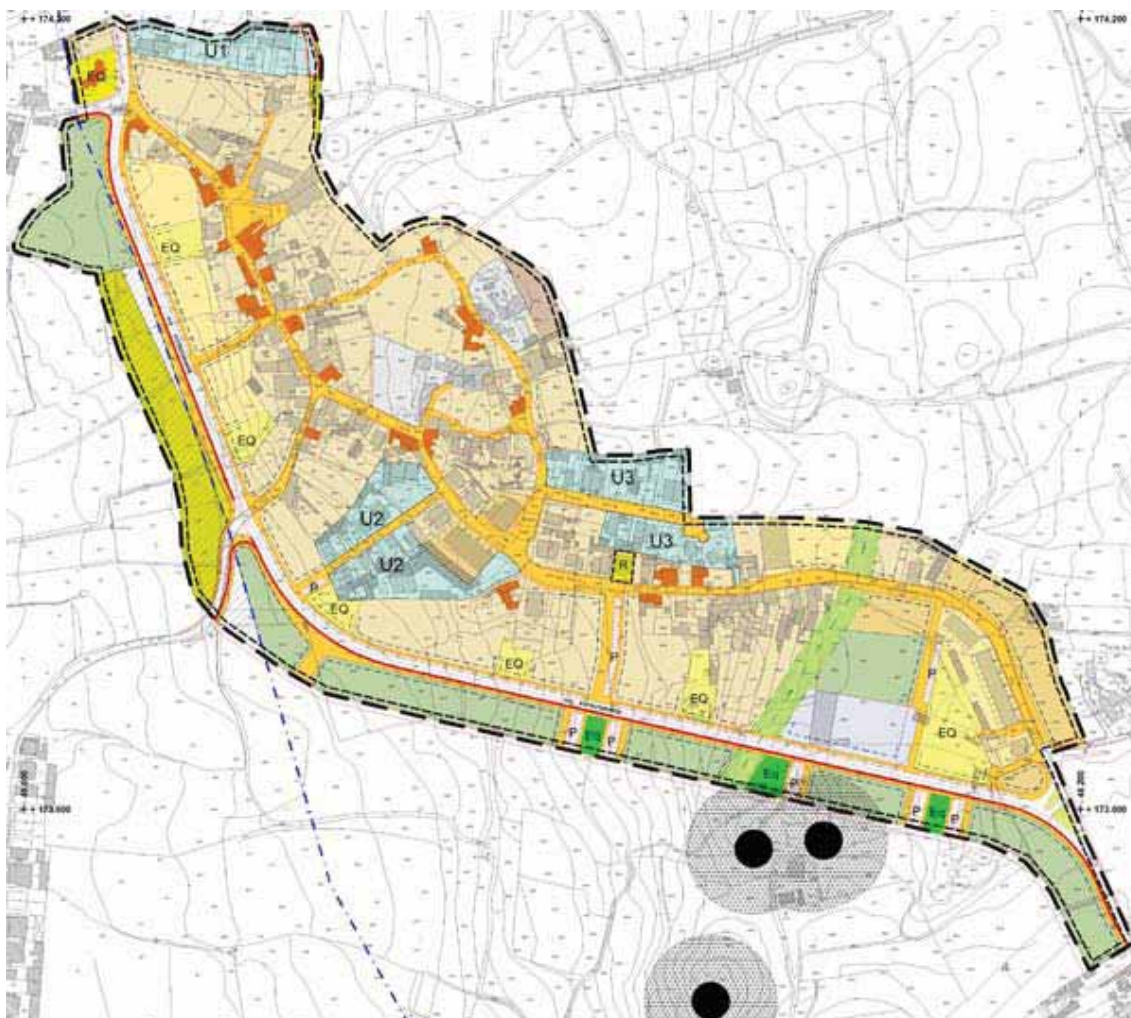
Será desenvolvida uma nova Proposta de Ordenamento respeitando e enquadrando as previsões e os condicionalismos referidos, a nova terminologia e os novos conceitos técnicos urbanísticos, incluindo a delimitação de categorias e subcategorias de uso do solo urbano e rural, o relatório e o regulamento, bem como toda a documentação gráfica e estudos de caracterização complementares.

2. Planos de Urbanização e de Pormenor

Execução dos procedimentos finais de aprovação e publicitação para a plena eficácia dos seguintes planos:

Serão concluídos os procedimentos formais para eficácia jurídica dos seguintes planos:

- Plano de Urbanização e Matosinhos Sul;
- Plano de Pormenor dos Paus;
- Plano de Urbanização para Pampelido;

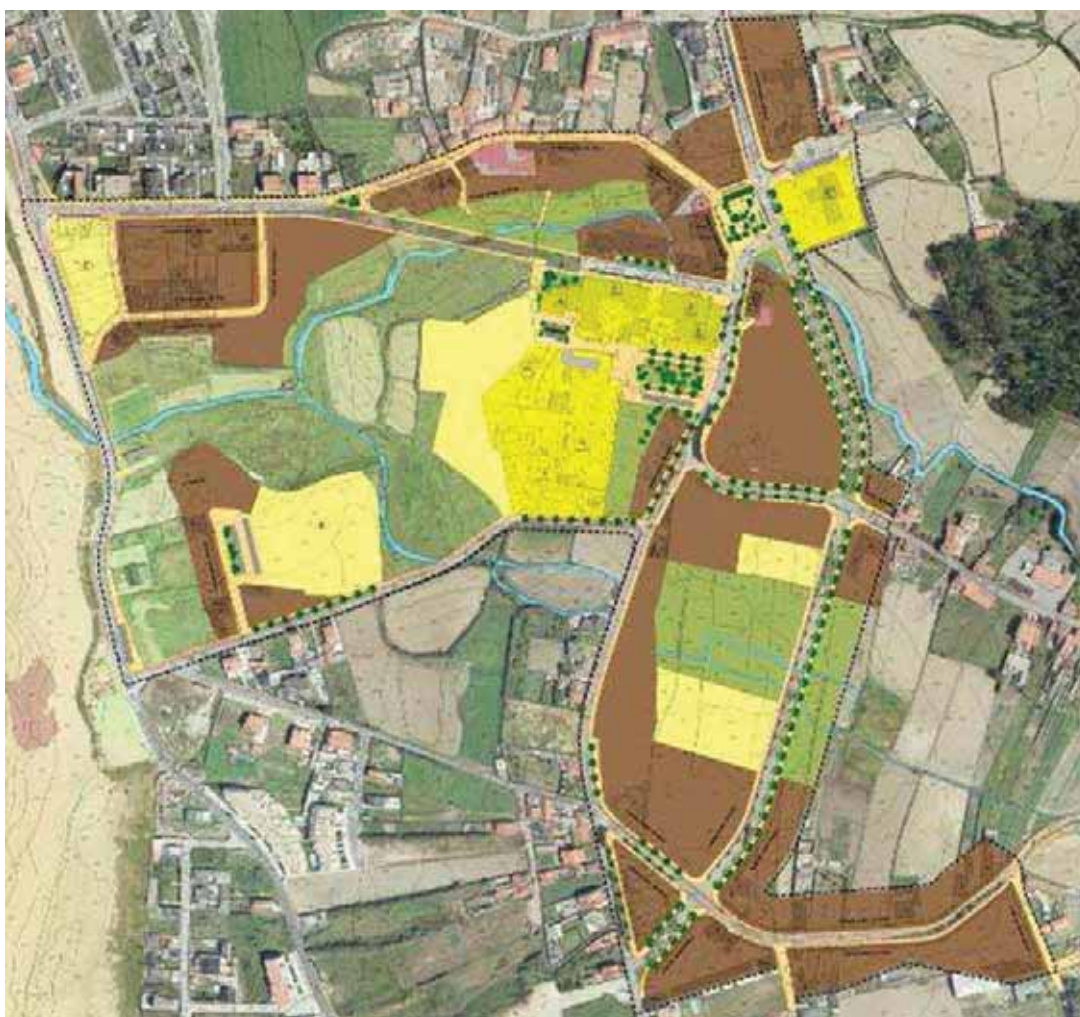


- Plano de Urbanização para Zona Antiga de Leça da Palmeira;

Serão concluídos os seguintes planos:

- Plano de Urbanização para o novo centro Urbano de Cabanelas;
- Plano de Urbanização para a envolvente á Rua de Recarei;
- Plano de Urbanização para a Zona Industrial de Leça da Palmeira e Santa Cruz do Bispo;
- Plano de Urbanização para a Quinta do Chantre e sua envolvente;
- Plano de Urbanização para a Frente Urbana da Circunvalação da Variante à Rua D. Nuno Álvares Pereira ao IC1;
- Plano de Urbanização para a Frente Urbana da Circunvalação do Nó do IC1 à Rua do Alto do Viso;
- Plano de Urbanização para a Frente Urbana da Circunvalação da rua do Alto do Viso à E.N. 14;

- Plano de Urbanização para o Centro Urbano de Lavra;



Dar-se-á continuidade à elaboração dos seguintes planos:

- Plano de Urbanização para a Rua do Sobreiro na Senhora da Hora (Caulinos).
- Plano de Pormenor do Parque Recreativo/Desportivo Nascente;

Iniciar-se-á a elaboração dos seguintes planos:

- Plano de Urbanização da Faixa Litoral Pampelido – Memória – Cabo do Mundo.
- Plano de Urbanização para o Araújo;
- Plano de Urbanização da Zona Industrial das Carvalhas;

3. Mobilidade

Continuação da implementação de medidas para a redução da sinistralidade e melhoria da segurança rodoviária, assim como, monitorizar as medidas já adoptadas e

concretizadas, no âmbito do programa de iniciativa municipal “Pequenas Medidas, Grandes Efeitos”;

Continuação do programa de eliminação das barreiras arquitectónicas em toda a cidade de Matosinhos e em todos os centros urbanos das freguesias, no âmbito dos objectivos da “Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos”;

Elaboração de Estudos para a melhoria das acessibilidades no espaço público, incluindo a criação de novas ciclovias e a promoção da diminuição do número de veículos em circulação e os respectivos efeitos na qualidade do ar e do ambiente urbano;

Infra-Estruturas Rodoferroviárias no Concelho de Matosinhos:

Rodoviárias



Dar continuidade ao acompanhamento da implementação do Projecto de Integração Paisagística do IP4/VRI/IC24;

Dar continuidade ao acompanhamento da implementação das obras de ligação da Alameda Estruturante do Parque Desportivo Nascente à Rua da Estrada Velha, em frente ao Museu Abel Salazar, em S. Mamede de Infesta, do alargamento do IC1 entre o Nó de Sendim e a Rotunda AEP e o viaduto de Leça.

Acompanhar o processo de reformulação do Nó do Freixieiro junto do Sr. Ministro das Obras Públicas Transportes e Comunicações;

Acompanhar o processo de reformulação da Via Norte (EN14) e criação de novos acessos à EFACEC.

Acompanhar o processo de reformulação Nó do Chantre e da Circunvalação (EN12).

Acompanhamento dos estudos relacionados com as principais infra-estruturas de transportes, nomeadamente os do de Metro Ligeiro da AMP, do corredor ferroviário de alta velocidade, das soluções para o Ramal de Leixões, das acessibilidades às Plataformas Logísticas de Gonçalves e Gatões e dos reperfilamentos do IC1 e da N 14;

Elaboração de estudos e acompanhamento dos processos relacionados com os Empreendimentos Viários Intermunicipais;

Acompanhamento dos estudos para a conclusão das obras dos restabelecimentos e de Integração Paisagística do A4/VRI e do IC24/A41, assim como os que visam o estabelecimento duma ligação dedicada entre a A28 e a Refinaria do Norte;

Ferrovíarias

Linha de Leixões



Acompanhar o desenvolvimento do projecto do “Novo Serviço de Passageiros na Linha de Leixões”, entre a CP – Caminhos de Ferro Portugueses-EPE, a REFER – Rede Ferroviária Nacional-EPE, e o Município de Matosinhos, estando previsto a sua extensão a Leixões. Para esse efeito, estão previstas melhorias das condições da infra-estrutura, que passam pela requalificação dos apeadeiros existentes, assim como a introdução dum novo na Zona da Arroiteia para, pela proximidade, fazer interface com

a futura estação de Metro Hospital S. João II. Será necessária a electrificação da parte final da linha, a construção da nova Estação de Leixões, a reformulação dos acessos à mesma e, da construção duma área de estacionamento e interface com a linha de Metro na Zona da Estação Sr. de Matosinhos;

Paralelamente aos estudos e acções a decorrer com a CP sobre a reabilitação da Linha de Leixões, a CMM irá acompanhar o desenvolvimento do projecto com a REFER para a eliminação, supressão ou reconversão de algumas passagens de nível desta linha e que se referem às passagens de nível de S.M.Infesta, Picoutos (5 de Outubro), Picoutos (Fonte da Moura), Gondivai (Estação L. Balio), Agrela (Quinta do Pombal), Esposade (Trav. da Bouça da Cal), Gondivinho e Sta Cruz do Bispo (junto ao Rio Leça e à VILPL).

Metro

Dar continuidade ao acompanhamento das obras por concluir ao longo das linhas existentes de Metro, ao enterramento da linha na Rua Brito Capelo, ao prolongamento da Av. da República até à estação da Praia de Matosinhos.

Dar continuidade ao acompanhamento do projecto da Linha do Campo Alegre e de S. Mamede.



Ambiente

Matosinhos Mar! Este foi um dos grandes desafios mandato passado (2005/2009) na área do Ambiente, pelo seu duplo objectivo: valorizar o Ambiente e potenciar o Turismo.

Este ano, oito em 14 praias ostentaram o galardão da **Bandeira Azul**, sendo que, no início do mandato, apenas duas praias cumpriam os seus requisitos de atribuição. E todas elas receberam a **bandeira de Praia Acessível**.



Nestes últimos três anos operou-se uma verdadeira revolução na imagem da orla costeira, com obras a decorrer em várias frentes.

Começamos com a execução da **Marginal da Boa Nova** (2ª fase da Marginal de Leça) e requalificamos todos os planos de praia até Angeiras. A autarquia procedeu, assim, à reabilitação da frente de mar, apostando na construção de parques de estacionamento, na renovação dos equipamentos, dotando cada plano de praia de um conjunto de infra-estruturas que consideramos essenciais, como chuveiros, lava-pés, sinalética. Criamos acessibilidades, elevamos o nível de limpeza, apostamos na segurança máxima para banhistas (**Sistema de Salvamento Balnear**), a fizemos uma aposta num “**Verão Azul**” com actividades de educação ambiental para crianças e jovens de elevado nível pedagógico.

A reboque deste investimento da Câmara, veio o investimento privado, e cada concessionário apostou na renovação dos apoios de praia.

Mudamos o conceito sazonal de praia e criamos condições para que as nossas praias fossem frequentadas todo o ano e não apenas no Verão. Convidamos as pessoas para um longo passeio no litoral, construindo assim, o **Passadiço da Orla Costeira**, um passeio pedonal que percorre 16 kms da nossa costa, que ajudou a consolidar as nossas dunas, reforçadas



pela construção de paliçadas, proporcionando a sua regeneração e a renovação da sua biodiversidade. Para além disso, introduzimos os leds para permitir que este percurso fosse passível de ser usufruído também à noite, tendo como objectivo primordial a poupança energética.

Complementarmente, estamos a proceder à **valorização ambiental das nossas ribeiras e linhas de água**, um trabalho que se iremos continuar no próximo ano recorrendo a técnicas de bio-engenharia, procedendo à limpeza do leito, consolidação das margens, regenerando todas as espécies envolventes, e renovando a galeria ripícola.

Para uma melhor gestão da qualidade das linhas de água do Concelho, possuímos um cadastro das Industrias sediadas nas bacias hidrográficas, com caracterização detalhada do tipo de actividade e efluente produzido. Paralelamente a este trabalho e em seu complemento procedemos à Monitorização ambiental das ribeiras, através de análises periódicas que nos permitem também identificar problemas, focos de poluição, como ligações clandestinas de saneamento de obras particulares à rede de águas pluviais.

Este projecto global – Matosinhos Mar, Projecto de Requalificação da Orla Costeira foi objecto da maior candidatura do país ao QREN, na área da requalificação ambiental, sendo contemplado com uma comparticipação de cerca de 10 milhões de euros

Em matéria de Monitorização Ambiental, assumimos um novo compromisso: Plano de Melhoria da Qualidade do Ar, um protocolo celebrado conjuntamente com a CCDR N em simultâneo com outros municípios, para o cumprimento de objectivos que promovam a melhoria dos parâmetros da qualidade do ar.



Em termos macroestratégicos, e não obstante o território de Matosinhos ser uma “pequena gota no oceano”, é também objectivo da Câmara contribuir para uma redução efectiva das emissões de CO₂ para a atmosfera.

Neste sentido, foi desenvolvido e está a ser implementado um vasto plano de acção, que visa a melhoria efectiva da qualidade do ar no ambiente urbano. Este plano intervém em áreas diversificadas, e dentro de cada área, são realizadas acções específicas e concretas. Falamos, designadamente de áreas tão diversificadas como a do tráfego automóvel, da gestão urbanística, das obras em geral, da indústria, entre outros vectores:

Energia

A Política Municipal para a Gestão Integrada e Eficiência da Energética no Concelho de Matosinhos está já em implementação, e assenta nos seguintes eixos estratégicos:

- Dinamização de uma política energética local, devidamente integrada com o desenvolvimento económico e social do território
- Promoção da gestão de energia, através da introdução de tecnologias eficientes e da disseminação de boas práticas com vista à redução da factura energética
- Promoção das energias renováveis, potenciando a criação de valor ao nível local e contribuindo para a protecção do ambiente

Actualmente estão já implementados e em fase de conclusão as seguintes intervenções:

Estruturas Desportivas

- Aquecimento de águas (sanitárias, tanques e ar ambiente) por painéis solares térmicos em todas as piscinas municipais. Sistema já implementado em 5 piscinas (S. Mamede, Guifões e Senhora da Hora, Perafita, Custóias), em fase de construção nas Piscinas de Matosinhos e Leça do Balio.
- Aquecimento de águas sanitárias, por painéis solares térmicos, nos pavilhões municipais. EM fase de construção no Pavilhões de Congressos e pavilhão de Leça da Palmeira.

Urbanizações Sociais Municipais

- Aquecimento de águas sanitárias, por painéis solares térmicos, nas habitações sociais do concelho, reduzindo efectivamente a factura de energia até 80%. Já instalado no conjunto habitacional de Lavra (24 fogos), em fase de Instalação no Conjunto habitacional da Guarda (80 Fogos), sendo objectivo do projecto da aplicação em todas as habitações municipais.
- Programa de fornecimento de lâmpadas de baixo consumo (florescentes compactas) para habitações sociais, representando a entrega de 17.140 lâmpadas.
- Programa Sustainable Energy Europe, através do qual se está a reduzir os consumos das áreas comuns de energia para iluminação, por via da substituição de luminárias nos espaços comuns dos blocos e das áreas verdes envolventes.
- Programa ACE Housing, que consiste no desenvolvimento de guias de termos de referência e procedimentos de eficiência energética específicos para o edificado social existente, sensibilização dos arrendatários para a problemática da racionalização dos consumos de energia, realização da certificação energética das construções.
- Microgeração de energia, por painéis fotovoltaicos, nas coberturas dos blocos, estando já instadas 4 unidades no Conjunto Habitacional de Lavra.
- Programa ECTICS, que consiste no desenvolvimento de intervenções de melhoria dos sistemas de isolamento térmico dos conjuntos habitacionais, através da aplicação de capoto. Esta metodologia reduz ou elimina pontes térmicas, melhora o desempenho energético global dos compartimentos e diminui os riscos de condensações no interior das paredes (maior estabilidade térmica).

Equipamentos Educativos

Introdução de aquecimento por painéis solares térmicos, na escolas de nova geração que estão a ser construídas.

Edifícios Municipais

Auditoria dos edifícios municipais para eficiência energética integrada, em desenvolvimento pelo INEGI – Universidade do Porto. Na primeira fase está o edifício dos Paços de Concelho, estando prevista a extensão a todos os restantes edifício.

Para um futuro muito próximo, está previsto o desenvolvimento das seguintes acções:

Criação da Agência Energia e Desenvolvimento Sustentado de Matosinhos

Sabendo que todos os recursos são finitos e que a sua utilização gera impactos no meio envolvente, é importante definir uma estratégia de actuação que garanta que os recursos disponíveis são utilizados de forma eficiente. Para definir uma estratégia adequada é necessário começar por fazer um diagnóstico energético-ambiental, complementado por uma análise de sensibilidade relativamente a cenários prováveis, isto é:

- a) identificação da matriz energética (fotografia dos consumos de energia final e primária e das emissões de CO₂ associadas a esse consumo); (nota: outras matrizes complementares deverão ser preparadas dada a importância e a correlação com os recursos, água e materiais, particularmente resíduos);
- b) identificação de intervenções passíveis de reduzir os consumos identificados;
- c) construção de cenários de evolução de consumos, tendo em atenção perspectivas de evolução populacional, económica e diferentes graus de implementação das medidas identificadas em b);

Uma vez feito o diagnóstico energético, será estabelecida uma estratégia energética, identificando as oportunidades, os parceiros, as tecnologias, as ferramentas e os meios, incluindo os financeiros. Com estes passos, devidamente reportados, estão criadas as condições para que a estratégia possa ser definida e assumida pelos decisores políticos com competências para o efeito

É com base nesta visão da estratégia para a gestão energético-ambiental a um nível

local que se define e implementa o Plano Energético, que será o resultado da soma de todas as medidas identificadas e quantificadas como consequência do exercício de implementação da estratégia para um dado período de tempo (entre três e cinco anos).

MATRIZ ENERGÉTICA - Caracterização da situação da cidade em termos de energia (água e materiais, numa fase posterior) que permitirá fazer o diagnóstico da situação e identificar as eventuais necessidades.

ESTRATÉGIA ENERGÉTICA - Identificação das oportunidades e dos parceiros. Aspectos como estratégias para a promoção da eficiência energética, quais as fontes de energia novas e renováveis e a difusão das novas tecnologias energéticas serão certamente tratados.

PLANO ENERGÉTICO- implementação da estratégia definida e a materialização das medidas identificadas como necessárias definido para um determinado horizonte temporal.

Criação do manual de Boas Práticas para os Funcionários Municipais e das Empresas Municipais

Criação de uma normativa interna de boas práticas, que seja conducente à redução efectiva dos consumos de energia;

Salubridade Urbana

Na prossecução das directrizes definidas pelo estudo estratégico para recolha de resíduos sólidos em Matosinhos, realizado em 2008, iremos faseadamente proceder à sua implementação com vista a optimizar os diversos sistemas de recolha de resíduos sólidos urbanos no Concelho de Matosinhos. Esta operação passa fundamentalmente, pela contentorização (preferencialmente enterrada) em algumas zonas, cujo sistema de baldeação se mostra desadequado, procedendo e alterando a metodologia de deposição / recepção / remoção dos resíduos, com a consequente reorganização de circuitos de recolha, entre outros, incluindo os da reciclagem Multimaterial.



Pretende-se assim, introduzir novas regras e metodologias de recolha nos diversos sistemas que estão implementados, de modo a satisfazer as necessidades das populações para além de uma actualização e modernização quer em termos de imagem na inserção da malha urbana, como de procedimentos, metodologias, numa garantia permanente em termos da Higiene Pública do Concelho de Matosinhos. Complementarmente, estas medidas permitem uma redução efectiva dos custos de exploração por tonelada recolhida, permitindo a médio e longo prazo elevar a eficiência do sistema municipal de recolha de RSU.

Com base também no estudo já desenvolvido foi criado o novo Regulamento de Resíduos Sólidos do Concelho de Matosinhos que já foi objecto de Consulta Pública e se encontra em aprovação final, de modo a caminhar de encontro às novas regras e metodologias de gestão de resíduos que se pretendem implementar no Concelho.

Será dada ampla divulgação ao Regulamento do Canil Municipal que já foi publicado em D.R., bem como procurar-se-á implementar o Regulamento dos Cemitérios

Municipais, incluindo o Tanatório, para além da entrada em vigor de um novo Regulamento de Viaturas Abandonadas na Via Pública.



Em matéria de Cemitérios, será lançado o Concurso Público para Prestação de Serviços do Tanatório Municipal, projecto de dimensão regional que vai responder a uma crescente procura que a sociedade manifesta no momento de prestar a última homenagem a entes queridos.

Com este novo equipamento, vai ser possível realizar cerimónias com carácter ecuménico, dando a escolher três modelos diferentes de destino: enterramento, jazigo aeróbio ou cremação.

Espaços Verdes

Prosseguindo uma estratégia de ampliação das áreas verdes fruíveis, irão surgir novos espaços de grandes dimensões, complementando a rede de parques e jardins de proximidade. Parque da Mata das Austrálias (Matosinhos), Parque Ambiental da Ribeira de Picoutos (Leça do Balio e S. Mamede Infesta) e o Parque Ecológico de S. Brás (Custóias, S. Cruz do Bispo e Guifões).

Estes projectos, pela singularidade e inovação, têm garantido financiamento do QREN, e vão permitir criar mais 100 hectares de parques, permitindo aos munícipes uma melhor fruição dos espaços verdes naturais.



Será igualmente iniciada a construção das áreas verdes na envolvente da A4, no Concelho de Matosinhos, bem como a sua posterior manutenção. Serão ainda submetidas a candidatura a empreitada recuperação das margens do Rio Leça (Corredor Verde do Leça), junto da Administração da Região Hidrográfica do Norte.

Todos estes novos investimentos, vão já assimilar a estratégia do **Programa de Sustentabilidade de Jardins**. Este programa visa adequar os custos de manutenção, em função dos objectivos base de cada espaço verde /enquadramento paisagístico, fruição de proximidade, espaço natural, etc.), regulando actividades como captação de água do subsolo (evitando regar jardins com água potável), adequando espécies por selecção em projecto e manutenção (evitando regas, cortes, podas, etc.), entre outras soluções.

Relativamente aos **Parques Infantis**, será dada a continuidade á sua remodelação, adaptando-os à nova legislação actualmente em vigor. Pretende-se incentivar a participação de entidades privadas, através de programas de responsabilidade social, como já aconteceu com o Parque Modelo (crianças e idosos).



O **Projecto Horta-à-Porta**, fruto do enorme sucesso que tem tido, deverá crescer, por forma a tentar corresponder às centenas de pedidos que existem, vindos de munícipes das mais variadas áreas do concelho.



Será dada continuidade às manutenções dos diversos jardins existentes no Concelho, bem como ao **programa de responsabilidade social**. Este programa visa integrar cidadãos portadores de deficiência, que desempenham funções de limpeza de zonas verdes e de reclusos em regime aberto (femininos e masculinos), que executam trabalhos de produção de plantas no Horto Municipal e limpeza de zonas verdes.

Infra-Estruturas e Equipamentos

DIVISÃO DE GESTÃO DE INTERVENÇÕES NA VIA PÚBLICA

1. ATRIBUIÇÕES

Nos termos da nova Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Matosinhos, publicado no Diário da República nº 63, 2ª Série, de 31 de Março de 2008, através do Aviso nº 9815/2008, a Divisão de Gestão de Intervenções na Via Pública integra-se no Departamento de Infra-estruturas e Equipamentos que, por sua vez, pertence à Direcção Municipal de Investimentos e Infra-estruturas. Conforme consta no nº 2) do Artº 25º desse Regulamento Orgânico as competências da DGIVP são as seguintes:

- a) Gerir a rede de águas pluviais e rede de iluminação pública dentro do limite geográfico do concelho, elaborando os estudos necessários e mantendo permanentemente actualizado o cadastro das respectivas redes;
- b) Emitir parecer em projectos de águas pluviais de entidades externas ou no âmbito de operações urbanísticas;
- c) Gerir as ocupações do subsolo com as infra-estruturas de utilidade pública, mantendo permanentemente actualizado o cadastro das respectivas redes;
- d) Apreciar, licenciar e fiscalizar todas as intervenções no solo e/ou subsolo efectuadas por entidades públicas ou no âmbito de operações urbanísticas, salvaguardando as competências cometidas ao Departamento de Gestão Urbanística;
- e) Apreciar e licenciar as ocupações de via pública no âmbito de operações urbanísticas e de intervenções nas redes de infra-estruturas de utilidade pública
- f) Apoiar a Divisão de Receita no âmbito do licenciamento das respectivas ocupações de via pública, designadamente esplanadas e quiosques;
- g) Informar projectos de infra-estruturas no âmbito de operações urbanísticas, bem como fiscalizar a sua execução;
- h) Realizar a recepção provisória e definitiva das obras de urbanização, em colaboração com outros serviços da Autarquia;
- i) Colaborar com o Gabinete de Estudos e Planeamento Estratégico na actualização do Sistemas de Informação Geográfica, nomeadamente através do fornecimento da informação relativa às infra-estruturas no subsolo e iluminação pública com vista à actualização permanente do respectivo cadastro;
- j) O exercício, em geral, de competências que a lei atribua ou venha a atribuir ao Município relacionadas com as descritas nas alíneas anteriores.

2. PRINCIPAIS OBJECTIVOS PARA 2010

- 2.1.** Durante o ano de 2010 propomos que seja discutida e preparada, para aprovação pela Câmara Municipal, a proposta de Regulamento de Intervenções na via pública elaborada pelos técnicos desta Divisão. Pretendemos, com a aprovação desse regulamento, harmonizar, uniformizar e, principalmente incrementar a qualidade da concepção e dos materiais nas intervenções no espaço público, por parte das diversas entidades públicas ou privadas quer ao nível do solo bem como ao nível das infra-estruturas de águas pluviais, no concelho de Matosinhos.
- 2.2.** Pretendemos também, no ano de 2010, continuar a recolher os elementos solicitados às respectivas entidades relativos aos cadastros das redes de iluminação pública e de águas pluviais tendo em vista a sua georreferenciação. Ainda no âmbito da actualização do cadastro de infra-estruturas, propomos a contratação de uma prestação de serviços para o levantamento cadastral e georreferenciação das redes de águas pluviais nas freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira.
- 2.3.** Propomos responder com mais eficácia às avarias e reclamações dos munícipes relativas às redes de águas pluviais, através da contratação de serviços para a inspecção, limpeza e reabilitação de colectores e execução de ramais de redes de águas residuais pluviais.
- 2.4.** Continuar a melhorar a segurança e a qualidade das ocupações da via pública no âmbito de operações urbanísticas, é também um dos nossos principais objectivos, recorrendo para tal a uma maior e melhor fiscalização do cumprimento do Regulamento Municipal de Taxas e licenças e das regras exigidas pelos serviços municipais, nomeadamente quanto à sinalização, acessibilidades dos peões e qualidade dos materiais utilizados.
- 2.5.** Continuar o programa de eliminação de barreiras arquitectónicas, cumprindo o projecto de adesão à “Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos”, através da realização de uma empreitada para a eliminação de barreiras na freguesia de Leça da Palmeira e em todas as zonas envolventes às sedes de freguesia do concelho, especialmente no que diz respeito aos percursos e às passagens de peões.
- 2.6.** Continuação da implementação de medidas para a redução da sinistralidade e melhoria da segurança rodoviária no concelho de Matosinhos. Monitorização das medidas já adoptadas, no âmbito do programa “Pequenas Medidas Grandes Efeitos”, de forma a atingir os objectivos concretos de redução da sinistralidade no concelho de Matosinhos. Implementação de novas medidas de acalmia de tráfego, de baixo custo e de elevada eficácia ao nível da segurança rodoviária (ver exemplo proposto na foto).



- 2.7.** Continuação do Programa de pinturas de marcas rodoviárias, em todo o concelho de Matosinhos, em especial as passagens de peões, barras de paragem e linhas de eixo, de forma a garantir boas condições de visibilidade da sinalização horizontal, contribuindo assim para uma crescente melhoria das condições de segurança rodoviária no concelho de Matosinhos.
- 2.8.** Continuação da preparação de um Caderno de Encargos tipo, para Sinalização Horizontal e Vertical de Trânsito, com vista a uniformizar todo o tipo de intervenções na via pública por entidades externas, quer ao nível de marcas rodoviárias, como também ao nível de toda a sinalização vertical de trânsito a instalar no concelho de Matosinhos. Propomo-nos, por exemplo, definir as dimensões das passagens de peões, adoptando um desenho tipo, bem como as dimensões das linhas de eixo e de estacionamento. Propomo-nos definir os diferentes tipos de tintas de pavimento a utilizar em pavimentos betuminosos ou em pavimentos de cubos de granito. Pretendemos ainda especificar os tipos de telas retrorreflectoras que a CMM exige para a sinalização vertical de trânsito, bem como os materiais a utilizar nos suportes metálicos dos sinais e também as dimensões dos sinais a instalar.

DIVISÃO DE CONSERVAÇÃO**1. PRINCIPAIS OBJECTIVOS PARA 2010**

- Elaborar um Plano de Manutenção para cada um dos edifícios municipais a cargo desta Divisão, estabelecendo como prioritários os edifícios dos Paços do Concelho, a Biblioteca Florbela Espanca, o Teatro Constantino Nery, as casas da Juventude e a Quinta de Santiago.



- Apresentação da proposta em estudo para o controlo de custos para toda a unidade orgânica.

- Preparação de um plano global de gestão e controlo de stocks de materiais de construção civil, quer relativamente aos consumos nos trabalhos em curso na divisão, como também às previsões para o Programa da Qualidade 100%.

- Promoção de pequenas empreitadas relativas à conservação de arruamentos, escolas e outros edifícios da responsabilidade destes serviços.

- Promoção e Gestão de contratos de manutenção de equipamentos instalados em edifícios municipais, nomeadamente os de elevadores, AVAC's, extintores, serviços de limpeza e também os sistemas de segurança instalados.

- Gestão do Hardware das redes informática e de voz municipais.

- Também em 2010, no prosseguimento de anos anteriores e sendo uma das políticas prioritárias da Câmara, iremos proceder às pequenas reparações e manutenção do parque escolar e dos edifícios municipais em geral.

- A Divisão de Conservação, tal como vem fazendo, irá prestar colaboração com outras Direcções Municipais, tais como a de Segurança e Protecção Civil e a de Desenvolvimento Económico, Social e Cultural, através de apoio técnico e logístico.

- Elaboração de estudos para a sustentabilidade e eficiência energética dos edifícios municipais.
- A Divisão de Conservação vai dar continuidade, em 2010, ao Programa da Qualidade 100%, dando ênfase às pequenas reparações em escolas EB1/JI e arruamentos, jardins, iluminação pública e reparações de colectores da rede de redes de águas pluviais.

2. PROGRAMA QUALIDADE 100% – DEFICIÊNCIAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

2.1 – Levantamento, registo e análise das deficiências e anomalias nos Arruamentos Públicos de todas as freguesias do Concelho de Matosinhos, englobando as seguintes situações:

- aluimentos dos pavimentos da via ou passeios – reportado às secções da Divisão de Conservação;
- degradação e existência de buracos nos pavimentos da via ou passeios, para evitar possíveis acidentes rodoviários – reportado às secções da Divisão de Conservação;
- verificação do estado de conservação dos pavimentos asfálticos, avaliação da necessidade de recarga de pavimento ou rega asfáltica – reportado á Divisão de Promoção de Obras;
- verificação do estado das redes de infra-estruturas de saneamento e águas pluviais, nomeadamente as caixas de visita, sarjetas, cabeças móveis e ramais – reportado às secções da Divisão de Conservação e à Indáqua;
- verificação do estado de conservação das zonas ajardinadas e espécies arbóreas - reportado à Divisão de Espaços Verdes;
- verificação da sinalização rodoviária e placas toponímicas – reportado à Divisão de Circulação;
- verificação da limpeza das vias e da necessidade de recolha de resíduos sólidos – Divisão de Salubridade Urbana;
- verificação do estado da rede de infra-estrutura da EDP, nomeadamente a execução de valas no pavimento da via ou passeios, postes de iluminação pública, armários e PT – reportado à Divisão de Infra-Estruturas;



- verificação do estado das redes de infra-estruturas da PT, EDP GÁS e TVCABO, nomeadamente a execução de valas no pavimento da via ou passeios – reportado à Divisão de Infra-Estruturas;

2.2 – Levantamento, registo e análise das deficiências e anomalias nos Edifícios Públicos (Escolas EB1, Jardins de Infância, Escolas EB2.3, Casas da Juventude, Juntas de freguesias, Novas Centralidades, etc) e Parques Públicos do Concelho de Matosinhos, englobando as seguintes situações:

- análise de problemas de humidades, condensações e infiltrações de água nos edifícios públicos;
- verificação do estado de conservação das coberturas;
- verificação das redes interiores de saneamento e águas pluviais, nomeadamente os tubos de queda, caleiras, caixas de visita e sarjetas;
- verificação da vedação e funcionamento das caixilharias e persianas;
- verificação do estado de conservação de portas, armários e mobiliário;
- revisão das instalações eléctricas e aparelhos de aquecimento;
- verificação do funcionamento das casas de banho, cozinhas, áreas técnicas, etc ;
- verificação das condições de ventilação ;
- verificação do estado conservação do recreio - brinquedos, ringues/parques desportivos, zonas ajardinadas, árvores, sistemas de rega, redes de vedação, papeleiras, bebedouros, portões de entrada, etc.
- verificação das condições de acessibilidade a deficientes;

2.3 – Registo e análise dos serviços realizados pelas secções da Divisão de Conservação – secção de Asfaltadores, Calceteiros, Canalizadores, Carpinteiros, Electricistas, Pedreiros, Serralheiros e Trolhas. Controlo dos trabalhos realizados através da elaboração e registo de folhas diárias para todas secções da Divisão.

DIVISÃO DE GESTÃO DE FROTA E EQUIPAMENTOS MECÂNICOS

No que respeita ao parque automóvel do Município, o objectivo essencial tem sido, e continuará a ser, garantir a sua manutenção, conservação e pleno funcionamento, bem como o planeamento e gestão das necessidades de utilização em combustíveis e lubrificantes das viaturas e máquinas adstritas a qualquer Departamento da Câmara Municipal.

No sentido de otimizar recursos e assegurar o controlo de custos, o objectivo primordial para 2010 é a implementação da aplicação de gestão de frota.

Tendo ainda em vista a racionalização de custos, vai esta divisão em 2010 apostar na política do sistema de localização de veículos.

Para além de manter o AOV (Aluguer Operacional de Viaturas), uma vez que se trata de uma estratégia operacional, renovando a frota sem afectar a tesouraria.



No que se refere à manutenção de fontes luminosas, está projectada, para 2010, uma intervenção profunda nas Fontes da Rotunda Sul e Parque Público 25 de Abril.

Esta intervenção, para além de assegurar a conservação das fontes, tem também o intuito de criar maior segurança na sua envolvente, tirando partido da revolução no mercado da iluminação no que concerne a ambiente e economia.

Está a ser programada a substituição das lâmpadas existentes por LED's, tendo como vantagem uma maior vida útil das lâmpadas e consequente baixa manutenção;

Maior segurança, já que trabalham em baixa tensão (<33V).

Apostando nesta tecnologia avançada permitirá uma redução significativa nos custos energéticos.



Segurança e Protecção Civil

O Gabinete de Segurança e Protecção Civil (GSPC) tem, no contexto da macro estrutura municipal, a natureza de direcção municipal, compreendendo nas suas atribuições o exercício exclusivo da protecção civil, da polícia municipal e fiscalização em matérias da competência da autarquia, dispondo, para tal, das competências, em geral, definidas para as respectivas unidades orgânicas.

A estrutura orgânica do GSPC, é constituída pelo Serviço de Polícia Municipal e Fiscalização, que assume a natureza de departamento, e pelo Serviço Municipal de Protecção Civil que é para o efeito uma divisão municipal.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA MUNICIPAL E FISCALIZAÇÃO



O Departamento de Polícia Municipal e Fiscalização tem por missão cumprir e fiscalizar o cumprimento das leis, posturas e regulamentos municipais que disciplinem matérias inerentes às atribuições da autarquia e à competência dos seus órgãos.

No ano de 2010 irão criar-se os seguintes grupos de trabalho:

- Ambiente, Fiscalização e Vigilância:

Este grupo terá como preocupação zelar pelo cumprimento de leis e regulamentos relacionados com o ambiente, nomeadamente ruído, águas residuais, deposição de resíduos sólidos urbanos, canídeos; sem esquecer a fiscalização e controlo das práticas de venda ambulante ilegal entre outras acções.

Trânsito:

Será da competência deste grupo a regulação e fiscalização de trânsito pedonal e rodoviário, a elaboração de participações e autos de notícia por infracção às normas legais e regulamentares, com remessa aos serviços competentes e a promoção da mobilidade rodoviária e pedonal com o recurso a meios de remoção e bloqueamento de viaturas.

Sensibilização:

Será da competência deste grupo a promoção e desenvolvimento de acções de sensibilização junto da comunidade escolar sobre temas relacionados com as áreas de intervenção da Polícia Municipal.

A Segurança e a Prevenção Rodoviária são temas já abordados no contacto com as escolas. Mas existem outros temas que irão ser alvo de uma reflexão profunda e que carecem de urgentes acções de sensibilização, estamos a falar do Bullying – violência entre pares, problema cada vez mais recorrente no universo escolar.

Outra problemática sobre a qual se pretende fazer uma abordagem séria, é o consumo de bebidas alcoólicas por menores. Verifica-se que os adolescentes consomem cada vez mais cedo bebidas alcoólicas, apesar das restrições que a lei impõe ao seu consumo e à sua venda. Por outro lado, o tipo de álcool mais consumido- "bebidas brancas" - é também um factor de enorme preocupação e simultaneamente faz extrapolar esta questão de um mero incumprimento da lei transformando-a também num problema de saúde pública! Pretendemos fazer acções de sensibilização na comunidade escolar, bem como nos estabelecimentos de diversão nocturna.

No âmbito deste Departamento, a Câmara pretende celebrar Contratos Locais de Segurança; promovendo o desenvolvimento de um programa de policiamento de proximidade, no qual a comunidade é envolvida enquanto expressão máxima do Direito de Cidadania.

No que concerne à área da Fiscalização Municipal, para além das tarefas decorrentes das suas atribuições legais, impõe-se a criação de um cadastro industrial do município, na medida em que o parque industrial de Matosinhos, pelas suas características de dispersão e volatilidade, associadas a riscos industriais elevadíssimos, obriga a um conhecimento mais aprofundado, englobando dados relativos à actividade, mas também um levantamento exaustivo dos requisitos de segurança contra incêndios existentes.

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

O **Serviço Municipal de Protecção Civil** tem como finalidade prevenir riscos colectivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de origem natural ou tecnológica, e de atenuar os seus efeitos e socorrer as pessoas em perigo quando aquelas situações ocorram.

Em 2010, o SMPC pretende, com base numa estrutura reforçada com novas atribuições, desenvolver projectos ainda mais ambiciosos. Para uma melhor articulação e desempenho de todas essas missões, a estruturação deverá ser a seguinte:

- **Centro Municipal de Operações de Socorro** como a actual rede de comunicações do SMPC, encontra-se desactualizada e desfasada face às necessidades e à nova realidade, pretendemos substituir a rede existente por, um modelo moderno e capaz de aglutinar todas as comunicações de emergência do Concelho, garantindo deste modo a efectiva coordenação e gestão das operações de prevenção, socorro e assistência ao nível municipal. O antigo conceito evolui assim para um mais moderno e abrangente: Centro Municipal de Operações e Segurança.

Só desta forma conseguiremos obter uma melhor articulação entre os diversos serviços municipais ligados à área da segurança, Protecção Civil Municipal, Polícia Municipal, Sistema de Salvamento Balnear e os diversos Corpos de Bombeiros do Concelho.

O Sistema de Informação Integrado de Atendimento e Despacho de Apoio às Operações do CMOS, constitui uma solução inovadora de resposta às crescentes necessidades de prevenção de riscos e segurança dos centros urbanos e na exploração das oportunidades que as novas tecnologias oferecem, bem como no desenvolvimento de parceria com as entidades de Segurança e Solidariedade Social, para desta forma dar uma melhor resposta à população idosa e outros cidadãos com necessidades específicas.

Este sistema vai também permitir a monitorização de escolas visando prevenir os riscos de vandalismo do património público, bem como aumentar a segurança da população jovem em idade escolar. A integração com as entidades nacionais de segurança e emergência permite ainda uma melhor resposta a situações de emergência e catástrofes.

A implementação do Sistema Integrado de Atendimento, Monitorização e Despacho de Apoio às Operações do CMOS (Centro Municipal de Operações de Segurança) irá dotar os serviços de segurança pública e emergência do Concelho de uma solução informática integrada de gestão de ocorrências e de meios humanos e materiais, de modo a melhorar a eficácia e eficiência das acções de segurança pública e gestão e prevenção de riscos.



Outro objectivo é a criação de campanhas de Marketing: quer no âmbito da candidatura para os Planos de Emergência Externos e Plano Municipal de Emergência (Protecção Civil); quer no âmbito da Fiscalização Rodoviária (campanha “Quem Incomoda, Incomoda-se) e da Fiscalização Ambiental (Polícia Municipal). Durante o Verão perspectiva-se

também uma campanha incidindo na temática da segurança nas praias, envolvendo a segurança pública e a segurança balnear;

-Serviço de Vigilância e Alerta, com a principal atribuição de organizar um sistema que possibilite o oportuno alerta e aviso das populações, integrando os diversos serviços especializados na detecção de cada factor de risco.

- Serviço de Planeamento de Emergência, com o objectivo principal de elaborar e manter actualizado o Plano Municipal de Emergência, avaliar em permanência os factores de risco designados no Plano de Emergência, estudar novos factores de risco associados ao constante desenvolvimento e transformação do Município; e promover a realização de exercícios visando testar a operacionalidade dos planos de emergência de Protecção Civil.

- Serviço de Apoio Psicossocial serviço de apoio psicossocial a prestar à comunidade de Matosinhos e às vítimas de acidentes que ocorram no Município.

Sistema de Salvamento Balnear

Inovador no panorama nacional, e decorrente de um protocolo de colaboração com a Autoridade Marítima (entidade com competências atribuídas em matéria de protecção civil nas praias), uma vez que Matosinhos é, de facto, uma “Terra de Mar”, a



Câmara decidiu disponibilizar uma equipa de intervenção permanente na área do salvamento marítimo que, em conjunto com a A.M. faz um trabalho de vigilância da Costa durante todo o ano. Para além disso, apoia as actividades desportivas e lúdicas realizadas nas praias; verificar o estado dos apoios de praias e todos os equipamentos conexos; participa em acções de sensibilização em estabelecimentos de ensino;

participa em acções de sensibilização para idosos para as instituições de 3ª idade do Município; promove acções de divulgação sobre segurança nas praias junto da população.

Acrescendo a tudo isto, está a criação de um **Banco de Bens Municipal**: proposta de parceria entre a Câmara Municipal de Matosinhos e a Plataforma Operacional n.º 1 da Cruz Vermelha Portuguesa, para a criação de um Banco de Bens Municipal. Neste protocolo a Autarquia propõe-se disponibilizar o espaço e a Plataforma da Cruz Vermelha fará a gestão e distribuição de bens pelas instituições e particulares.

Dar-se-á continuidade às principais iniciativas desenvolvidas, quer da Polícia Municipal, quer da Protecção Civil, nomeadamente a Feira de Protecção Civil, as Acções de Sensibilização, o apoio à população em situação de crise, o apoio na dinamização dos Clubes de Protecção Civil nos estabelecimentos de ensino, e a continuação dos projectos desenvolvidos e em desenvolvimentos com outros serviços municipais.



Desporto

Matosinhos é um concelho, onde a prática desportiva tem uma enorme implantação nas mais diversas modalidades e com fortes tradições associativas, com especial incidência nesta vertente. Nessa medida, a Câmara Municipal considera o direito à prática desportiva, consagrado na Constituição da República, um dos principais vectores da sua actividade autárquica, como pressuposto irrefutável da qualidade de vida das populações. E qualifica todas as instituições públicas ou privadas que se dedicam à formação, ao fomento e ao desenvolvimento da actividade desportiva como parceiros imprescindíveis ao seu desiderato. Para o Município o Desporto é, não só uma verdadeira escola de vida, mas sobretudo uma expressão qualitativa do desenvolvimento, do crescimento, da capacidade de inclusão da comunidade.



Para tal, foi aprovado e posto em prática um importante regulamento, as “Normas de Apoio ao Associativismo Desportivo” e criado o Conselho Consultivo para o Desporto, que conjugadamente com a “Carta Desportiva do Concelho”, se tornaram instrumentos fundamentais para o desenvolvimento de uma intervenção autárquica sustentada neste sector. Para além disso, através da correcta aplicação destes princípios, é possível afirmar que a política de apoio e articulação concelhia desportiva se pauta, cada vez mais, por factores de transparência, justiça e efectivo apoio aos organismos que promovem, de um modo qualificado e devidamente integrado, as diferentes modalidades.

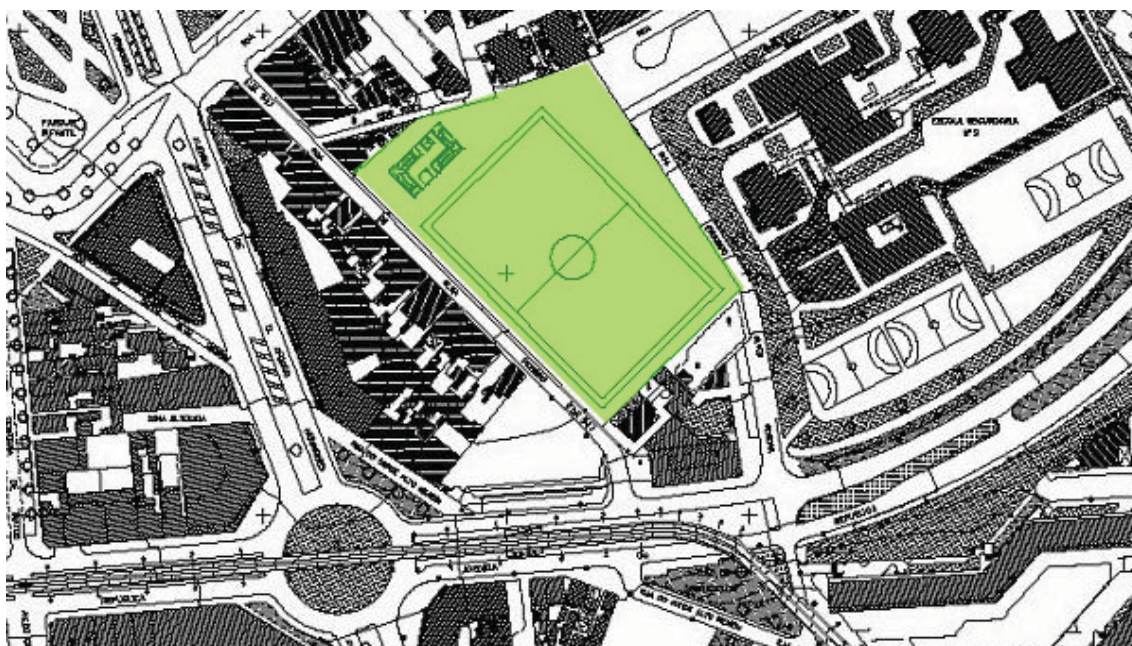
Em 2010, serão mantidos todos os pressupostos já enunciados que permitirão uma política de crescimento cada vez mais ambiciosa e mantidas, senão aumentadas, as parcerias com todas as estruturas associativas do Concelho, que possibilitarão uma resposta, o mais eficaz possível, às necessidades sentidas pelas Colectividades, não só no apoio financeiro às suas actividades, mas também na criação e melhoria de diversas infra-estruturas e equipamentos.

Paralelamente, manter-se-ão os Protocolos, já existentes, com o Centro de Medicina Desportiva do Porto e com as diferentes Associações e Federações desportivas, que consubstanciam um inequívoco e imprescindível apoio aos escalões de formação.

Contudo, a acção da Autarquia não se irá esgotar, longe disso, no apoio ao tecido associativo do concelho. Para o próximo mandato, o Município irá fazer uma aposta extremamente ambiciosa, em parceria com a Empresa Municipal “MatosinhoSport”, com a construção de novos equipamentos desportivos municipais e a reabilitação de muitos dos já existentes, que tornarão Matosinhos um concelho ímpar na realidade desportiva nacional.

Assim, durante o ano de 2010 serão elaborados projectos, lançados concursos ou executadas diversas obras em diferentes equipamentos desportivos, tais como:

- Centro de Estágio e Formação Desportiva de Esposade;
- Complexo Desportivo de Santana;
- Complexo Desportivo de S. Gens;
- Complexo Desportivo do Parque Nascente (S. Mamede de Infesta);
- Academia de Ténis de Matosinhos (Parque Manuel Pinto de Azevedo);
- Pavilhão Municipal de Matosinhos;
- Pavilhão Municipal da Senhora da Hora;
- Pavilhão Municipal de Perafita;
- Pavilhão Municipal de Lavra;
- Circuito de Manutenção do Parque do Carriçal;
- Circuito de Manutenção do Parque do Real.



Igualmente no decurso de 2010, serão executadas diversas obras de reabilitação e melhoramentos em múltiplas infra-estruturas desportivas:

- Complexo Desportivo do S. C. Senhora da Hora;
- Campo de Futebol Os Lusitanos FC Sta Cruz;
- Campo de Futebol do Gatões FC;
- Campo de Futebol do FC Infesta (Arroteia);
- Complexo Desportivo de Leça da Palmeira;
- Pavilhão Desportivo da Biquinha;
- Pavilhão Siza Vieira;
- Cobertura e Balneários do Polidesportivo de Santa Cruz do Bispo;
- Polidesportivo do Bairro dos Pescadores;

Noutra vertente e tendo como objectivo principal a divulgação do Concelho de Matosinhos como palco de grandes manifestações desportivas, de âmbito mundial e local privilegiado de atracção turística nacional e internacional, será apoiada a realização da Taça do Mundo de Bilhar, do Concurso de Saltos Internacional de Matosinhos, para além de diversos Torneios e Campeonatos das mais diversas modalidades desportivas.



De igual modo e em articulação estreita com a MatosinhoSport, manter-se-ão e aprofundar-se-ão diversos programas de incentivo à prática desportiva informal por parte de largas franjas da população, através de iniciativas e programas que, como o “Põe-te a Mexer” ou “Férias Desportivas”, tanto sucesso e adesão têm angariado.



Finalmente, tendo em conta as exigências da sociedade moderna, nas suas múltiplas vertentes de rigor, transparência, eficiência e proximidade, a nossa atenção, em 2010, continuará a incidir na modernização das estruturas e alteração da prestação de

serviços convencionalmente estabelecidos, através de mecanismos e procedimentos inovadores, ajustados às realidades sociais, económicas e organizacionais.

Neste sentido, o Sistema de Certificação da Qualidade, já implementado, continuará a funcionar como uma ferramenta de gestão eficaz, tendo como objectivo a modernização da organização, com a utilização de processos monitorizados, visando a optimização de resultados.

Com este Plano de Actividades (de execução plurianual), esta Autarquia consolidará definitivamente a sua posição de vanguarda na dinamização da prática da actividade física e desportiva, apoiando, por um lado, o movimento associativo e, por outro, criando infra-estruturas e programas generalizados que promovam e garantam conceitos tão importantes como a saúde, o bem-estar, a boa forma, o meio ambiente, enfim a qualidade de vida.



Habitação

Para o ano de 2010 está previsto o lançamento de novos empreendimentos habitacionais municipais a concretizar no âmbito do PER – Plano Especial de Realojamento, cujo projectos estão ser desenvolvidos sob a coordenação e supervisão dos Serviços Técnicos da MatosinhosHabit.

1. A construção do projecto de construção do edifício de remate da frente urbana do “Bairro dos Pescadores” integrado no projecto de “Regeneração Urbana do Bairro dos Pescadores”, em Matosinhos, constituído por 30 fogos de habitação de construção a custos controlados, dois espaços comerciais, cave e subcave de estacionamento automóvel e uma área destinada a equipamento social;



2. A construção do projecto do Conjunto Habitacional de S.Gens/Piscina, em Custóias, constituído por 48 fogos de habitação de construção a custos controlados e quatro espaços comerciais.

Em complemento da renovação urbanística do Conjunto Habitacional da Biquinha, para possibilitar a concretização do objectivo de saneamento social e urbano do edifício da Biquinha 1ª. Fase, cujo projecto de demolição do seu tramo central foi já aprovado pela Câmara Municipal, está em execução, na Matosinhos Habit, o projecto

de um novo edifício na área do Conjunto Habitacional da Biquinha que venha a substituir os 16 fogos a demolir.



Este edifício é só constituído por habitação.

Para completar, ao nível do edificado, as necessidades habitacionais do norte do Concelho, por não existirem parcelas de terreno Municipal com extensão suficiente para tal fim, torna-se necessário recorrer ao mercado e adquirir 36 fogos a custos controlados ao mercado privado.

Para tal, ir-se-á proceder ao lançamento de um concurso público de aquisição de fogos a custos controlados (CDH) em área da Freguesia de Lavra constante das condições do concurso.

Na sequência dos objectivos assumidos pela Câmara Municipal ao aprovar a candidatura de 1688 fogos municipais, distribuídos por 19 Conjuntos Habitacionais, ao Programa PROHABITA e ao assinar, na pessoa do Presidente da Câmara o “Acordo de Colaboração”, no passado dia 1 de Junho, tornou-se irreversível o processo de REABILITAÇÃO do parque habitacional municipal e nessa perspectiva a sua modernização.

A prossecução deste objectivo, resultará de uma parceria estabelecida entre a Câmara Municipal de Matosinhos e a MatosinhosHabit, EEM, em que a primeira entidade será a responsável pela execução financeira do Programa e a segunda a responsável operacional da sua execução.

A concretização deste processo gera a oportunidade de modernização dos edifícios do parque habitacional ao nível das necessidades habitacionais correntes e nalguns casos

básicas mas, também, de sistemas modernos de sustentabilidade energética e, nalguns casos, de produção de energia com recurso a fontes alternativas – foto voltaico.

Como responsável operacional de execução do programa, a MatosinhosHabit calendarizou, tomando em conta os constrangimentos temporais na realização dos contratos de financiamento pelo IHRU, a distribuição equilibrada das empreitadas de reabilitação no tempo protocolado com o IHRU para o cumprimento do programa, fim de 2012.

Preocupada com as questões do ambiente mas principalmente com o bem-estar dos seus arrendatários, quer a nível de conforto quer ao nível económico, a MatosinhosHabit tem pautado a sua actividade com os olhos postos na Eficiência Energética.

Nesse sentido e tendo sempre como base o aumento da qualidade de vida dos seus arrendatários a MatosinhosHabit vai continuar a desenvolver os seguintes projectos:

- Colocação nos nossos Conjuntos Habitacionais de um **Sistema de Isolamento Térmico pelo Exterior**, que levará a uma economia acentuada nas necessidades de consumo energético para aquecimento e arrefecimento dos espaços habitados;
- Instalação de **Sistemas de Solar Térmico para aquecimento de águas sanitárias** contribuindo assim para a redução das emissões de CO2 e para a redução imediata nas facturas energéticas dos arrendatários;
- Continuar a parceria na **Campanha Europeia de Energia Sustentável** através da procura de uma melhoria da eficiência energética nas habitações que administra, propondo-se fazer de forma gradual intervenções/medidas tendo como objectivo a redução do consumo de energia eléctrica;
- Participação no **Projecto Europeu “ACE Housing”**, em fase de análise na Comissão Europeia, que tem como principal objectivo a criação de medidas para maximizar a eficiência energética nas habitações sociais;
- Continuar apostar, sempre que possível, na instalação de mais **Unidades de Micro Geração**, com vista à produção de energia eléctrica.

Para além destes projectos a MatosinhosHabit estará atenta ao desenvolvimento de novos projectos que possam surgir e que se enquadrem no desenvolvimento da sua actividade.

Torna-se um imperativo que o trabalho de reabilitação em fogos devolutos que tem vindo a ser desenvolvido pela MatosinhosHabit – MH, EEM, para posteriores realojamentos de Famílias inscritas no PER e outras que residem em habitações análogas a este programa, seja da responsabilidade Câmara Municipal de Matosinhos.

Na sua generalidade estes trabalhos de reabilitação têm aumentado o valor patrimonial da fracção.

Consideramos como trabalhos de reabilitação todas as obras em fogos desocupados quando a intervenção seja igual ou exceda os 5000€.

No âmbito dos realojamentos efectuados ao abrigo do PER torna-se necessário proceder às demolições dos fogos tornados devolutos com vista ao encerramento dos núcleos insalubres ainda existentes.

Para além da reabilitação dos fogos devolutos torna-se imprescindível que a Câmara Municipal de Matosinhos enquanto legítima proprietária dos imóveis, assegure a conservação dos espaços comuns ou outros espaços de relevância ou interesse Municipal.

A reabilitação urbana assume nos dias de hoje um papel central. Num tempo em que as novas tecnologias tornam a informação instantânea e uma rua de uma qualquer cidade pode ser vista num qualquer ecrã de computador num outro lado do mundo, a História dos locais, das pessoas, seus usos e costumes parece ser mais do que nunca valorizada. É como se quiséssemos agora corrigir muitos dos erros cometidos nas cidades. A recente promulgação da nova legislação sobre a Reabilitação Urbana, plena de potencialidades, é a prova inequívoca disso. As nossas cidades, mais ou menos monumentais, podem e devem ser um museu aberto a preservar.

A MatosinhosHabit desde há muito que tem o propósito desenvolver dinâmicas no sentido de apoiar, com os instrumentos de que dispõe, a recuperação de habitações tradicionais antigas de Matosinhos, as dos azulejos, da porta de entrada com bandeira, os imóveis constantes da *Inventário do Património Cultural Edificado do Concelho de Matosinhos com vista à sua Classificação* e que mereceram, da CMM, ponderação do IMI de forma a promover a reabilitação do casco urbano de Matosinhos. MatosinhosHabit apoia obviamente também a recuperação de outras habitações, mesmo as que não sobreviverão aos seus habitantes.

O Município de Matosinhos tem, para 2010, um caderno de acções: assimilar e aplicar os inúmeros expedientes propostos pela nova lei da Reabilitação Urbana recém-publicada, a consolidação do SOLARH e o aumento do RECRUA. Mas também a implementação de programas, tais como: a Recuperação de Muros antigos de vedação de propriedades rurais e não só, Colorir Matosinhos e outros.

Projectos e Obras

No âmbito das competências atribuídas ao Departamento Investimentos Municipais vai-se proceder à elaboração de vários projectos nas várias áreas de intervenção do Município bem como a promoção das respectivas obras de construção e conservação tanto de arruamentos, infra-estruturas, edifícios de habitação e equipamentos sociais, com acrescidas preocupações de sustentabilidade – energética e ambiental.



Além destas tarefas vão ser desenvolvidas nas empreitadas em curso trabalhos relativos à área da Mobilidade, nomeadamente as de sinalização, circulação e trânsito, e a eliminação das Barreiras Arquitectónicas.

Tendo presentes estas preocupações e dando cumprimento às orientações inscritas no Plano de Actividades aprovado, vai ser concretizado em 2010 um conjunto significativo de objectivos nas diferentes áreas de actividade municipal, envolvendo os serviços municipais, quer na concepção dos projectos, quer na avaliação destes quando a concepção foi atribuída a projectistas externos, quer ainda no acompanhamento técnico da sua boa execução, bem como a concretização dos empreendimentos na sua fase de obra.

Assim e por cada área de intervenção vão ser desenvolvidos os seguintes investimentos:

Instalação de Serviços

Vão ser desenvolvidos os seguintes investimentos:

- Loja do Cidadão de Matosinhos
- Quartel da GNR de Matosinhos

Gestão do Espaço Urbano

Vão ser continuados os seguintes investimentos:

- Arranjo Urbanístico do Largo de Esposade – Custóias
- Arranjo Urbanístico do Largo da Capela de S. Sebastião – Leça do Balio

Educação

Serão desenvolvidos ou continuados os seguintes investimentos:

- EB1/JI da Amorosa
- Jardim-de-infância de Angeiras
- EB1 de Santiago – 2ª fase
- EB1/JI do Padrão da Légua
- EB1/JI Quinta de S. Gens – Senhora da Hora
- EB1 das Ribeiras – Perafita
- EBI/JI de Matosinhos

- EBI/JI de Leça da Palmeira
- EB1 da Lomba – Guifões
- EB1 Passos Manuel – Guifões
- EB1 da Praia – Leça da Palmeira
- EBI/JI da Igreja Velha
- EBI/JI do Seixo



Prevêm-se, também, a conclusão dos seguintes investimentos:

- EB1/JI de Perafita
- EB1 da Biquinha – 2ª fase
- EB1 Quinta do Vieira – Custóias
- EB1 do Araújo – Leça do Balio

Cultura

Vão ser desenvolvidos os seguintes investimentos:

- Aurora da Liberdade
- Construção do Monumento ao Operário Conserveiro
- Remodelação das Instalações do Antigo Matadouro
- Salão Paroquial de S. Mamede de Infesta
- Casa dos Balios
- Museu Municipal de Matosinhos
- Sede do Rancho Típico de S. Mamede de Infesta
- Centro Cívico de Matosinhos – Construção do Auditório
- Núcleo Cultural do Centro Cívico de Matosinhos – Biblioteca Municipal e Sala de Exposições – Obras de Conservação



Desporto

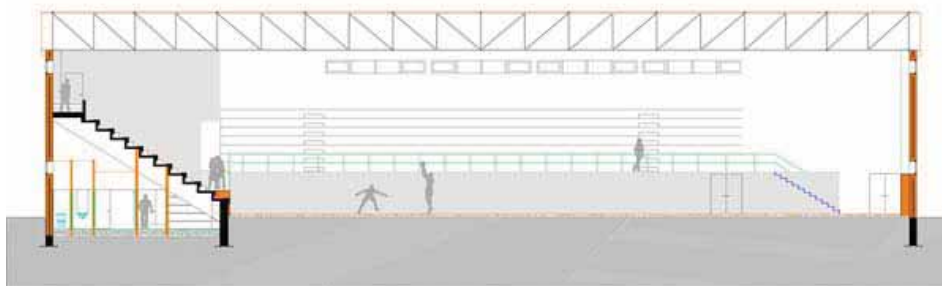
Vão ser desenvolvidos os seguintes investimentos:

- Campo de Futebol do Gatões Futebol Clube - Relva Sintética
- Campo de Futebol do Lusitanos Futebol Clube -.Relva Sintética
- Construção do Campo de Futebol de Santana - Matosinhos
- Adaptação da antiga Escola de Pampelido - Clube C + S de Lavra

- Pavilhão Siza Vieira
- Pavilhão Municipal da Sr.ª da Hora
- Pavilhão Municipal de Matosinhos
- Sede da Associação dos Quatro Caminhos
- Skate Parque
- Construção de Centro de Estágio (Pedreiras de S. Gens)
- Remodelação do Pavilhão Municipal da Biquinha

Vai ser concluído o seguinte investimento:

- Requalificação do Pavilhão Desportivo de Custóias



Acção Social e Saúde

Vai ser concluído o seguinte investimento:

- Creche e Centro de Dia de Custóias

Serão também desenvolvidos os seguintes investimentos:

- Creche de Guerra Junqueiro – Lavra
- Centro de Saúde de Custóias
- Residência Sénior da Senhora da Hora
- Obras de Conservação no Edifício da APPACDM Senhora da Hora
- Creche em Custóias da MAIS
- Creche em Leça da Palmeira da MAIS
- Centro Social de Perafita

Ambiente

Serão concluídos os seguintes investimentos:

- Requalificação Paisagística da Ribeira da Guarda
- Passadiços da Praia Azul à Praia do Aterro - Leça da Palmeira
- Requalificação da Orla Costeira – Parque de Estacionamento do Cabo do Mundo
- Monumento aos Mortos no Cemitério de Sendim

Serão desenvolvidos ou continuados os seguintes investimentos:

- Parque das Austrálias – Matosinhos
- Largo do Souto – Custóias
- Arranjo Paisagístico do Parque da Paz
- Construção da Casa Mortuária de Lavra
- Marginal Atlântica Boa Nova – Marreco – Cabo do Mundo
- Marginal Atlântica Boa Nova – Corgo – Marreco
- Marginal Atlântica Boa Nova – Angeiras – Funtão
- Arranjo Urbanístico da Zona Piscatória de Angeiras



Juventude

Será desenvolvido o seguinte investimento:

- Remodelação da Casa da Juventude de Matosinhos

Arruamentos



Serão desenvolvidos ou continuados os seguintes investimentos:

- Rua da Barranha
- Rua da Cruz de Pau
- Programa Qualidade a 100% - Beneficiação dos arruamentos do Concelho - Freguesia de S. Mamede de Infesta
- Programa Qualidade a 100% - Beneficiação dos arruamentos do Concelho – Freguesia de Leça do Balio
- Programa Qualidade a 100% - Beneficiação dos arruamentos do Concelho – Freguesia de Leça da Palmeira
- Programa Qualidade a 100% - Beneficiação dos arruamentos do Concelho – Freguesia de Matosinhos -
- Programa Qualidade a 100% - Beneficiação dos arruamentos do Concelho – Freguesia de Santa Cruz do Bispo
- Programa Qualidade a 100% - Beneficiação dos arruamentos do Concelho – Freguesia de Custóias -
- Programa Qualidade a 100% - Beneficiação dos arruamentos do Concelho – Freguesia de Guifões -

- Programa Qualidade a 100% - Beneficiação dos arruamentos do Concelho –
Freguesia de Perafita -

- Programa Qualidade a 100% - Beneficiação dos arruamentos do Concelho –
Freguesia de Lavra -

- Programa Qualidade a 100% - Beneficiação dos arruamentos do Concelho –
Freguesia de Senhora da Hora

- Rua dos Bombeiros Voluntários – Leça do Balio

- Ligação do IC1 ao Centro de Lavra

- Ligação do Centro de Lavra à Marginal Atlântica

- Arruamentos de Ligação da Cruz de Pau à Barranha sobre a A28

- Rua Alfredo Cunha

- Arruamentos das Pedreiras de S. Gens

Habitação

Serão desenvolvidos ou continuados os seguintes investimentos:

- Conjunto Habitacional do Estádio do Mar II – Sr.ª da Hora

- Conjunto Habitacional do Estádio do Mar III – Sr.ª da Hora

- Conjunto Habitacional de Real de Cima– Sr.ª da Hora

- Conjunto Habitacional de S. Gens II

Gestão Financeira

1.1 – Critérios de avaliação da receita

Segundo o estipulado no POCAL a previsão das diferentes rubricas da receita resulta, principalmente ao nível das receitas correntes, da média aritmética observada nos 24 meses anteriores à elaboração do presente documento, nomeadamente no que respeita a impostos, taxas e tarifas. Naturalmente que capitulos tais como transferências, passivos financeiros e alguns outros fogem a esta regra, havendo aqui que respeitar, quando é caso disso, os valores de protocolos, contratos ou ainda candidaturas que, para este efeito, foram apurados pelos diversos serviços responsáveis pela sua gestão.

Sob pena de se desvirtuar o conteúdo de algumas rubricas, à semelhança aliás de anos anteriores, mantendo por conseguinte inalterados os fundamentos então apresentados para tal, haverá uma ou outra excepção à aludida regra geral da média. Estão, neste caso, os débitos de algumas entidades, cuja dimensão associada às expectativas da sua liquidação para breve, aconselham, a nosso ver, dotar as respectivas rubricas com os valores que efectivamente se perspectiva venham a ser liquidados durante a Gerência em apreço. Estes casos serão abordados mais adiante.

1.2 – Estrutura da receita

A receita inscrita no presente orçamento ascende a 182.801.779,76 euros.

(Un: Euros)

Capítulos	Previsão	Peso
Receitas Correntes	102.355.711,36	56,0%
01 Impostos Directos	48.924.453,00	26,8%
02 Impostos Indirectos	18.107.381,00	9,9%
04 Taxas, Multas e Outras Penalidade	1.700.726,00	0,9%
05 Rendimentos de Propriedade	3.207.075,00	1,8%
06 Transferências Correntes	24.725.252,36	13,5%
07 Vendas de Bens e Serviços Correntes	5.265.123,00	2,9%
08 Outras Receitas Correntes	425.701,00	0,2%
Receitas de Capital	80.446.068,40	44,0%
09 Vendas de Bens de Investimento	28.185.124,00	15,4%
10 Transferências de Capital	33.487.813,76	18,3%
11 Activos Financeiros	1,00	0,0%
12 Passivos Financeiros	18.773.126,64	10,3%
13 Outras Receitas de Capital	3,00	0,0%
Outras Receitas	0,00	0,0%
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	0,00	0,0%
Total da Receita	182.801.779,76	100,0%

Atendendo à sua natureza, sobressairá antes de tudo o predomínio da receita corrente. De facto o seu valor, 102.355.711,36 euros, representa 56% da receita total orçada, contra os 44% da receita de capital. Assistiu-se, porém, face a ao orçamento da receita para o ano 2009, a uma aproximação considerável entre as receitas correntes e de capital

Uma aproximação a estas duas grandes categorias da receita revelará ainda que 37% do seu valor está concentrado em apenas duas do conjunto de rubricas que constituem o seu elenco. São elas os impostos directos e indirectos, os quais totalizam cerca de 67 milhões de euros. A receita fiscal contudo reforçará em 1.700.726 euros este último valor, dada a inclusão do capítulo das Taxas, Multas e Outras Penalidades naquele grupo.

Outro grupo a isolar será o das Transferências. Para além das transferências da Administração Central (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação no IRS) que representam, no seu conjunto, cerca de 17.386.718 euros (consideramos exactamente o mesmo valor inscrito no Orçamento de Estado de 2009, uma vez que ainda não foi publicada Proposta de Orçamento de Estado para 2010). Também é importante realçar o aumento das transferências correntes da DREN para a autarquia que passa de 7.307.448 euros em 2009 para 9.873.920,00 euros em 2010.

Os passivos financeiros assumem também um papel importante no cômputo da receita total prevista para 2010 da autarquia, representando cerca de 10% desta grandeza, representando uma importante fonte de financiamento do investimento como veremos mais adiante.

As restantes rubricas ou grupos assumem menor importância que as anteriores no cômputo do orçamento global, assumindo um carácter, se não marginal, pelo menos significativamente menos estruturante. De facto, com exclusão da Venda de Bens e Serviços Correntes, cuja previsão está orçada em 5.265.123 euros, influenciada sobretudo pelos serviços de resíduos sólidos, e pela Venda de Bens de Investimento, rubrica para a qual se estima um valor de aproximadamente 28 milhões de euros, todas as outras rubricas têm valores abaixo dos 3,2 milhões de euros.

1.3 - Receitas próprias e alheias

Como consequência do que atrás foi referido, à receita própria será acometida a maior parcela dos fundos previstos para o ano em apreço. Tal primazia é expressiva, uma vez que aproximadamente 58% dos fundos da receita total orçada estão enquadrados nesta categoria. Naturalmente que este novo enfoque da receita não alterará a contribuição absoluta e relativa da generalidade dos seus capítulos e, nessa medida, mais do que retomar esta perspectiva, feita no ponto anterior, importará detalhar alguma informação que, porventura, relevará para esta vertente.

(Un: Euros)

Receita	Valor	Peso %		
		Rec. Global	Rec. Própria	Rec. Alheia
Própria	105.815.587,00	57,9	100,00	
<i>Fiscal</i>	<i>68.732.560,00</i>	<i>37,6</i>	<i>64,96</i>	
Impostos Directos	48.924.453,00	26,8	46,24	
Impostos Indirectos	18.107.381,00	9,9	17,11	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.700.726,00	0,9	1,61	
<i>Não Fiscal</i>	<i>37.083.027,00</i>	<i>20,3</i>	<i>35,04</i>	
Rendimentos de Propriedade	3.207.075,00	1,8	3,03	
Venda de Bens e Serviços Correntes	5.265.123,00	2,9	4,98	
Vendas de Bens de Investimento	28.185.124,00	15,4	26,64	
Outras	425.705,00	0,2	0,40	
Alheia	76.986.192,76	42,1		100,00
Transferências Correntes	24.725.252,36	13,5		32,12
Transferências de Capital	33.487.813,76	18,3		43,50
Passivos Financeiros	18.773.126,64	10,3		24,39
Outras Receitas	0,00	0,0		0,00
Total da Receita	182.801.779,76	100,0		

Assim contrapondo receita própria e alheia, estabelecida que está a importância do contributo da receita fiscal, justificar-se-á aqui referir a propósito desta última que, salvo uma excepção, a regra subjacente às projecções que aqui se apresentam foi a da média aritmética, verificada nos últimos 24 meses que antecedem a elaboração do orçamento, para todo o rol de rubricas ou itens que perfazem este grupo. A regra adoptada enquadra-se no conjunto de disposições legais previstas no POCAL sobre esta matéria e afigura-se-nos, dentro destes condicionalismos, como a mais ajustada face à imponderabilidade dos factores, nomeadamente económicos, que pesam e afectam a execução dos respectivos valores.

A excepção atrás aludida respeita à Ocupação da Via Pública, incluída no capítulo dos Impostos Indirectos. A presente projecção reflecte dívidas ou créditos de montante significativo. Está em causa o pagamento de taxas por ocupação do subsolo com condutas de Fuel liquidadas às Petrolíferas, com excepção da CEPISA, instaladas no Concelho nos últimos anos, processo de alguma forma conturbado pela impugnação das taxas aplicadas que estas empresas têm interposto junto do poder judicial. Contudo a sua evolução mais recente, nomeadamente as decisões do Tribunal Constitucional sobre esta matéria reforçam as expectativas de um desfecho favorável à Câmara, razão pela qual terão sido inscritos parte dos valores em dívida.

Relativamente à componente alheia da receita, a nossa atenção dirige-se quer para as Transferências, como aliás se pode verificar no quadro anterior.

No que às transferências respeita, tendo sido já feita uma referência às contribuições decorrentes da Administração Central a título de F.E.F. e F.S.M. e a participação no IRS, importará referir que os valores que ora se consideram tomaram como base os valores inscritos no Orçamento de Estado para 2009, uma vez que ainda não é conhecida a proposta de Orçamento de Estado para 2010. Os montantes são os que se representam no quadro seguinte.

(Un: Euros)

Transferências	Corrente	Capital	Total
FEF	3.762.490,00	2.508.327,00	6.270.817,00
FSM	2.620.244,00		2.620.244,00
PARTICIPAÇÃO IRS	8.495.657,00		8.495.657,00
Total	14.878.391,00	2.508.327,00	17.386.718,00

Das restantes transferências, as que se destinam ao investimento assumem um maior peso, como se pode verificar pela análise do quadro seguinte.

Outras Transferências	Corrente	Capital	Total
	9.846.861,36	30.979.486,76	40.826.348,12

De entre estes, haverá naturalmente valores cuja dimensão justificará uma referência. Dos 30.979.486,76 euros relativos a transferências de capital, 27.585.553,76 euros dizem respeito a candidaturas a Fundos Comunitários para financiar a construção de infraestruturas, arruamentos, parques de estacionamento, escolas, passadiços na orla costeira. Dos restantes 3,3 milhões de euros, 2 milhões reportam-se ao protocolo com a CEPISA em regime de mecenato e 900 mil aos donativos constantes do protocolo de cooperação entre a Petrogal e o Município de Matosinhos, assinado em 2007, destinados a projectos culturais e sociais definidos por acordo entre as partes.

No que toca agora às transferências correntes, deduzidas as transferências da administração Central – FEF, FSM e Participação no IRS –, perfazem 9.846.861,36 euros. Neste capítulo justificar-se-ão algumas referências. Deste montante 9.380.000 euros referem-se à transferência da DREN no âmbito acordo de cooperação pré-escolar, programa de generalização do ensino de inglês e outras actividades de enriquecimento curricular, fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1.º ciclo e gestão do pessoal não docente. Também estão contemplados neste agrupamento 308.975 euros relativos a Fundos Comunitários e 145.000 euros de comparticipação dos encarregados de educação no serviço de refeições e transportes escolares.

Sem uma referência exaustiva a todas as iniciativas, cremos contudo ter destacado os contributos mais importantes do ponto de vista financeiro, incluídos no orçamento para 2010, muito em particular os que se prendem com a receita alheia, cujo expressão percentual, como já se referiu não irá além dos 42% da receita total.

2. DESPESA PREVISIONAL

2.1 - Critérios adoptados na projecção dos valores da despesa

A previsão das despesa para 2010, resultará, em parte, da consideração das obrigações que transitam para esta gerência, sob a forma de contratos de empreitadas e serviços diversos, a que acrescem, naturalmente, as despesas obrigatórias, como sejam as despesas com pessoal e a satisfação do serviço da dívida, bem como as opções estrategicamente relevantes consubstanciadas no elenco de acções constante das Grandes Opções do Plano. Subsidiariamente, um grande número de despesas, que cobrem as necessidades de funcionamento da Edilidade, foram estimadas tendo, sobretudo, em consideração não só os valores históricos que se têm observado nos últimos anos, como também a sua pertinência no quadro de uma gestão progressivamente mais eficaz.

2.2 – Estrutura da despesa

(Un: Euros)

Capítulos	Valor	Peso %
Despesas Correntes	99.281.485,48	54,3
01 Despesas com o Pessoal	35.286.364,98	19,3
02 Aquisição de Bens e Serviços	48.099.229,26	26,3
03 Juros e Outros Encargos	990.728,92	0,5
04 Transferências Correntes	9.175.409,54	5,0
05 Subsídios	3.813.241,00	2,1
06 Outras Despesas Correntes	1.916.511,78	1,0
Despesas de Capital	83.520.294,28	45,7
07 Aquisição de Bens de Capital	71.328.114,63	39,0
08 Transferências de Capital	6.966.458,88	3,8
09 Activos Financeiros	265.000,00	0,1
10 Passivos Financeiros	4.542.605,85	2,5
11 Outras Despesas de Capital	418.114,92	0,2
Total da Despesa	182.801.779,76	100,0

Dado o princípio do equilíbrio orçamental, a despesa total orçada para 2010 ascende a 182.801.779,76 euros.

De acordo com a tradicional classificação económica, o quadro anterior revela uma presença maioritária das despesas correntes, com uma percentagem de cerca de 54% do valor global da despesa. O investimento directo, cerca de 71,3 milhões de euros, tem um peso de 85% no conjunto das Despesas de Capital, representando cerca de 39% dos recursos financeiros definidos a despender em 2010. Contudo, em rigor, o investimento total previsto (directo e indirecto), financiado pelo presente orçamento deverá ascender 78.294.573,51 euros, acréscimo que resulta em 91% das dotações atribuídas às Aquisições de Bens e Serviços. Assim encarado, o investimento total representará cerca de 43% da despesa total. Por outro lado, a dotação atribuída aos Passivos Financeiros representa 2,5% da despesa total.

No que respeita à componente corrente da despesa, sobressaem aqui dois pólos que, do mesmo modo, se demarcam dos restantes itens desta classe. Trata-se, como é bem visível no

quadro anterior, das Despesas com Pessoal e das Aquisições de Bens e Serviços Correntes, representando no seu conjunto cerca de 46% da despesa.

Os restantes itens da despesa corrente absorvem claramente menos recursos. De facto, tanto o capítulo dos Juros e Outros Encargos, Outras Despesas Correntes, Transferências e Subsídios, cuja expressão orçamental os situa à volta dos 8,7%, remetem-se para um plano secundário no contexto desta análise.

Terá porventura razão de se determinar, ainda que de uma forma aproximada, o montante de recursos que se prevê seja destinado ao funcionamento dos Serviços. Como se depreende incluir-se-ão aqui a generalidade das despesas, de cariz corrente, que asseguram o seu exercício.

Ainda que de forma aproximada, como atrás referimos, este valor poderá ser alcançado pelo quadro seguinte, onde se repartem os recursos por entre as Grandes Opções do Plano e por todas as restantes despesas que não têm esse enquadramento. Deste modo, para além das despesas de funcionamento será possível quantificar o peso relativo das duas componentes das Grandes Opções do Plano, observando inclusivé, para cada caso, os capítulos de Classificação económica responsáveis por tais valores.

(Un: Euros)

Agregação	Capítulos	Afecto exclusivamente ao orçamento	Afecto exclusivamente ao Plano
Funcionamento	Despesas com o Pessoal	35.261.364,98	25.000,00
	Aquisição de Bens e Serviços Correntes	10.647.748,81	37.451.480,45
	Outras Despesas Correntes	1.761.710,00	154.801,78
Investimento	Aquisição de Bens de Capital	0,00	71.328.114,63
	Transferências de Capital	2,00	6.966.456,88
Serviço da Dívida	Juros e Outros Encargos	990.728,92	0,00
	Passivos Financeiros	4.542.605,85	0,00
Outras Despesas	Transferências Correntes	125.700,00	9.049.709,54
	Subsídios	0,00	3.813.241,00
	Activos Financeiros	0,00	265.000,00
	Outras Despesas de Capital	418.114,92	0,00
Total da Despesa		53.747.975,48	129.053.804,28

Como é sabido, alguns capítulos da despesa estão maioritariamente ou exclusivamente ligados a uma ou outra categoria. As despesas com pessoal, bem como o investimento directo e indirecto (Transferências de Capital) são disso exemplo.

Assim, ao Plano Plurianual de Investimentos, estão atribuídas as dotações constantes dos capítulos do Investimento e dos Activos Financeiros; nas despesas de funcionamento, predominam naturalmente as despesas com pessoal e do serviço da dívida, bem como uma parcela das Aquisições de Bens e Serviços; ao Plano de Actividades estão sobretudo afectas as dotações das Transferências e das Aquisições de Serviços.

Tendo presentes estas considerações, conclui-se facilmente que os encargos de funcionamento representam, aproximadamente, 30% da despesa orçada, o PPI 39% e, finalmente, o PAM 31%.

3. POUPANÇA CORRENTE

Da análise da estrutura orçamental descrita, resulta que o financiamento da despesa de capital será previsivelmente feito do seguinte modo:

(Un: Euros)

Designação	Valor
Investimento (a)	78.294.573,51
1 - Receitas de Capital	80.446.068,40
Vendas de Bens de Investimento	28.185.124,00
FEF (Capital)	2.508.327,00
Fundos Comunitários	27.585.553,76
Outras Transferências de Capital	3.393.933,00
Passivos Financeiros	18.773.126,64
Activos Financeiros	1,00
Outras Receitas de Capital	3,00
2 - Poupança Corrente	3.074.225,88
3 - Outras Receitas	0,00
Total Fontes de Financiamento (1+2+3)	83.520.294,28
Investimento/ Fontes de Financiamento (%)	93,74%

(a) Investimento directo + indirecto (transferências de capital para outras entidades)

Como se poderá verificar, a poupança corrente (diferencial entre receitas e despesas correntes) ascende a 3 milhões, assegurando assim o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental estabelecido no POCAL.

4. DESPESAS COM PESSOAL - LIMITE

No que respeita a este ponto referimos simplesmente que os valores projectados para 2010, sugere que o limite em questão não venha a ser violados.

Como é sabido, este limite está indexado a valores observados no ano económico anterior. O limite a observar para as Despesas com Pessoal é função da receita corrente verificada na Gerência anterior. Tendo em conta as despesas com pessoal projectadas quer pela Câmara de Matosinhos, quer as da LIPOR (considerando para esta entidade o valor orçado para 2009, uma vez que o valor para 2010 não se encontra ainda definido), e as receitas correntes efectivamente recebidas até meados de Dezembro de 2009 pela nossa autarquia, o custo com pessoal dos quadros cifra-se em cerca de 44,5% do limite imposto por lei, enquanto que o do pessoal em qualquer outra situação atinge apenas 30% do limite legalmente instituído.

(Un: Euros)

Class. Económica	Câmara	LIPOR (Orçamento ano 2009)	Total
Custos com Pessoal do Quadro	23.292.200,44	327.711,84	23.619.912,28
010104 - Pessoal Quadro - Reg. Contrato Individual de Trabalho	18.126.255,57	216.239,97	18.342.495,54
010108 - Pessoal aguardando aposentação	27.918,19	1.931,02	29.849,21
01011002 - Gratificações - Pessoal do Quadro	0,00	0,00	0,00
01011301 - Subs. Refeição - Pessoal do Quadro	1.661.727,52	43.874,29	1.705.601,81
01011401 - Subs. Férias e de Natal - Pssal do Quadro	3.476.299,16	65.666,56	3.541.965,72
(A) Limite = 60% Receitas Correntes 2008			53.014.474,79
Custos com Pessoal em qualquer outra situação	3.816.384,84	177.759,35	3.994.144,19
010105 - Pessoal além dos Quadros	0,00	121.207,50	121.207,50
010106 - Pessoal contratado a termo	2.722.322,89	56.551,85	2.778.874,74
010107 - Pessoal em regime de tarefa ou avença	160.017,00	0,00	160.017,00
010109 - Pessoal em qualquer outra situação	265.567,96	0,00	265.567,96
01011002 - Gratificações - Outros	0,00	0,00	0,00
01011302 - Subs. Refeição - Pessoal em qualquer outra situação	265.925,70	0,00	265.925,70
01011402 - Subs. Férias e de Natal - Pess. qualquer outra sit.	402.551,29	0,00	402.551,29
Limite = 25% de (A)			13.253.618,70

Nota: Como a LIPOR não consegue desagregar os Subsídios de Refeição, Férias e Natal entre pessoal do quadro e o outro pessoal, optamos por considerar o valor total desses subsídios sujeitos ao limite (A), que é o mais restritivo.

5. FINANCIAMENTO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

No último quadro apresenta-se uma síntese das Grandes Opções do Plano, onde constam as principais funções, impostas pelo Plano Oficial de Contabilidade Autárquica, podendo-se, através dele, verificar que a totalidade de fundos, desde já, assegurados e por isso afectos a acções definidas ascendem a 129.053.804,28 euros. Paralelamente, verifica-se que o financiamento de algumas outras ainda não está assegurado, cerca de 24.404.699,66 euros, pelo que a sua inclusão fica dependente de fundos cuja realização não está garantida em absoluto, muito embora existam fundadas razões para supor que tal venha acontecer.

(Un: Euros)

Designação	Valor
Dotação Global do Plano	153.458.503,94
Receitas Orçadas	182.801.779,76
Encargos de Funcionamento	53.747.975,48
Financiamento assegurado	129.053.804,28
Financiamento a assegurar	24.404.699,66

Para esse efeito haverá, por um lado, um saldo inicial de tesouraria e, por outro, financiamentos e contratos de empréstimos aprovados que rondam, no seu cômputo, este valor, permitindo que na gerência em apreço se viabilize a execução das acções em causa.

De entre as diversas funções atribuídas às autarquias, foram eleitas como prioritárias, neste orçamento para 2010, as áreas da educação, do meio ambiente, conservação da natureza e resíduos sólidos, infra-estruturas rodoviárias, seguidas de áreas como a cultura, o desporto e acção social. Também com destacada importância encontram-se a área da administração geral, que contempla a modernização administrativa em curso. Confirmando-se o financiamento para as actividades cujas verbas se encontram a definir, algumas destas áreas (como as infra-estruturas rodoviárias, a educação, o meio ambiente e a cultura) verão o seu peso relativo aumentar.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

(Un: Euros)

Classificação Funcional	Dotação Definida		Dotação a Definir		Total	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
1. Funções Gerais	7.433.541,93	5,76	1.902.558,42	7,80	9.336.100,35	6,08
1.1.0 Serviços Gerais da Administ. Pública	6.066.480,80	4,70	585.000,00	2,40	6.651.480,80	4,33
1.1.1 Administração Geral	6.066.480,80	4,70	585.000,00	2,40	6.651.480,80	4,33
1.2.0 Segurança e Ordem Públicas	1.367.061,13	1,06	1.317.558,42	5,40	2.684.619,55	1,75
1.2.1 Protecção civil e luta contra incêndios	1.144.041,99	0,89	1.265.558,42	5,19	2.409.600,41	1,57
1.2.2 Polícia Municipal	223.019,14	0,17	52.000,00	0,21	275.019,14	0,18
2. Funções Sociais	93.515.681,49	72,46	13.329.058,98	54,62	106.844.740,47	69,62
2.1.0 Educação	38.042.502,02	29,48	1.545.000,00	6,33	39.587.502,02	25,80
2.1.1 Ensino não superior	35.379.345,08	27,41	1.215.000,00	4,98	36.594.345,08	23,85
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	2.663.156,94	2,06	330.000,00	1,35	2.993.156,94	1,95
2.2.0 Saúde	202.975,19	0,16	0,00	0,00	202.975,19	0,13
2.2.1 Serviços individuais de saúde	202.975,19	0,16	0,00	0,00	202.975,19	0,13
2.3.0 Segurança e acção sociais	6.644.139,10	5,15	577.258,98	2,37	7.221.398,08	4,71
2.3.1 Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.2 Acção Social	6.644.139,10	5,15	577.258,98	2,37	7.221.398,08	4,71
2.4.0 Habituação e serviços colectivos	38.002.794,76	29,45	9.237.500,00	37,85	47.240.294,76	30,78
2.4.1 Habituação	3.087.177,53	2,39	2.500.000,00	10,24	5.587.177,53	3,64
2.4.2 Ordenamento do território	7.492.560,38	5,81	0,00	0,00	7.492.560,38	4,88
2.4.3 Saneamento	61.604,00	0,05	6.000.000,00	24,59	6.061.604,00	3,95
2.4.4 Abastecimento de água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5 Resíduos Sólidos	15.717.785,88	12,18	0,00	0,00	15.717.785,88	10,24
2.4.6 Protecção do meio ambiente	11.643.666,97	9,02	737.500,00	3,02	12.381.166,97	8,07
2.5.0 Serviços Culturais, recreativos e religiosos	10.623.270,42	8,23	1.969.300,00	8,07	12.592.570,42	8,21
2.5.1 Cultura	3.984.444,30	3,09	1.729.300,00	7,09	5.713.744,30	3,72
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	6.638.826,12	5,14	240.000,00	0,98	6.878.826,12	4,48

2.5.3 Outras actividades cívicas e religiosas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Funções Económicas	18.861.424,96	14,62	4.710.000,00	19,30	23.571.424,96	15,36
3.1.0 Agricultura, pecuária, siveicultura, caça e pesca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.0 Indústria e energia	784.356,19	0,61	0,00	0,00	784.356,19	0,51
3.3.0 Transportes e comunicações	15.357.936,05	11,90	4.710.000,00	19,30	20.067.936,05	13,08
3.3.1 Transportes rodoviários	15.357.936,05	11,90	4.710.000,00	19,30	20.067.936,05	13,08
3.3.2 Transportes aéreos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.3 Transportes fluviais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4.0 Comércio e turismo	2.109.114,93	1,63	0,00	0,00	2.109.114,93	1,37
3.4.1 Mercados e feiras	117.463,24	0,09	0,00	0,00	117.463,24	0,08
3.4.2 Turismo	1.991.651,69	1,54	0,00	0,00	1.991.651,69	1,30
3.5.0 Outras funções económicas	610.017,79	0,47	0,00	0,00	610.017,79	0,40
4. Outras Funções	9.243.155,90	7,16	4.463.082,26	18,29	13.706.238,16	8,93
4.1.0 Operações da dívida autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.0 Transferências entre administrações	8.841.710,41	6,85	4.463.082,26	18,29	13.304.792,67	8,67
4.3.0 Diversas não especificadas	401.445,49	0,31	0,00	0,00	401.445,49	0,26
Total	129.053.804,28	100,00	24.404.699,66	100,00	153.458.503,94	100,00